



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA: motivações e desmotivações do
professor no espaço escolar**

DESIRÉE ANDRESSA FABIÃO DE ARAÚJO VIEIRA

JOÃO PESSOA – PB
JUNHO – 2017

DESIRÉE ANDRESSA FABIÃO DE ARAÚJO VIEIRA

OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA: motivações e desmotivações do professor no espaço escolar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^{fa} Dr^a Ana Luisa Nogueira de Amorim

JOÃO PESSOA – PB

JUNHO – 2017

V658d Vieira, Desirée Andressa Fabião de Araújo.

Os desafios da docência: motivações e desmotivações do professor no espaço escolar / Desirée Andressa Fabião de Araújo Vieira. – João Pessoa: UFPB, 2017.
64f. : il.

Orientadora: Ana Luisa Nogueira de Amorim
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –
Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Professores - formação. 2. Prática docente. 3. Professor - desafios. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37-051(043.2)

DESIRÉE ANDRESSA FABIÃO DE ARAÚJO VIEIRA

**OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA: motivações e desmotivações do
professor no espaço escolar**

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Ana Luisa Nogueira de Amorim - UFPB
(Orientadora)

Profª Ms. Patrícia Batista Bezerra Ramos - EEBAS/UFPB
(Professora Examinadora)

Profª Ms. Veridiana Xavier Dantas – EAD/UFPB
(Professora Examinadora)

JOÃO PESSOA – PB

JUNHO – 2017

Dedico a todos os professores brasileiros que, motivados ou não, assumem o compromisso diário de ensinar e aprender com a própria realidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelos dons, habilidades e competências que adquiri no decorrer da minha jornada acadêmica;

As minhas filhas que são meu equilíbrio emocional, minha motivação para seguir em frente sempre com cabeça erguida;

A meu marido Valdiélcio Menezes que acredita em mim e que me dá o apoio necessário em todas as circunstâncias, reforçando sempre nossa parceria;

A minha avó Niudete que me deu educação doméstica; a meus tios e tias que cuidaram de mim também; aos meus primos e primas que tanto tenho admiração e apreço.

A minha mãe que indireta ou diretamente me incentivou a dar meu melhor como pessoa para transformar o mundo sempre num lugar melhor;

Ao meu pai que, mesmo ausente, merece o reconhecimento pelo simples fato de ter me colocado no mundo;

Aos meus irmãos Denyson e Gabriela que são meus amigos verdadeiros, por isso vibram com minhas conquistas;

À avó Fátima que ficou, em vários momentos, com minha filha Larissa para eu estudar tranquila;

Ao meus amigos pessoais que me incentivaram a ser-mais no campo profissional;

Aos professores de Fundamentação da Educação (Professor Esperdito Pedro, Professor Edson Guedes, Professor Zé Neto e Professora Edilene Santos) que me serviram de exemplos na maneira de ensinar, criticar, aprender e entender como funciona a educação e para ela serve; a minha orientadora Ana Luísa que exerceu a paciência e me ensinou a pesquisar, a formalizar meu trabalho acadêmico, conforme o que é exigido; assim como fez a Professora Marlene a qual tenho uma estima grande pelo dom e pela paciência em ensinar minuciosamente o que é um trabalho acadêmico; Ao Professor Eduardo De Pontes que me inspirou em muitos momentos na academia a ser uma pessoa mais humana, mais profissional, além de ter me ensinado a tomar decisões difíceis; Ao Professor Elídio (*in memoriam*) que, com sua empolgação de ensinar, me devolveu, em vários momentos tristes da minha vida profissional, a energia e o gosto adequados para

retomar o trabalho em sala de aula; às meninas da brinquedoteca do CE da UFPB que cuidou da minha filha, para que eu ficasse tranquila nas aulas;

À Funny, à Mel e à Gringa que são minhas cadelas as quais me dão carinho e amor assim quando chego em casa e isso me afeta a tal ponto de eu recarregar meus ânimos.

E, a mim mesma que persisti arduamente neste trabalho como forma de me superar como acadêmica, principalmente, porque, em outrora, eu não enxergava nenhum potencial em mim para alcançar tal conquista.

“É pelas próprias virtudes que se é castigado.”

Friedrrich Nietzsche

RESUMO

O cerne da questão que envolve a prática do professor inserido no contexto pós-moderno diz respeito à sua motivação e desmotivação no espaço escolar. Diante de um contexto educacional opressor, com relação ao tratamento que se dispensa aos educadores brasileiros, muitos deles optaram por encerrar a carreira diante de um panorama desvantajoso tanto do ponto de vista psicológico, financeiro, como também, físico. Por causa do descabro existente na realidade do profissional da educação, este trabalho partiu de uma insatisfação pessoal, como pedagoga em formação e como professora de língua portuguesa, e encontrou em outros profissionais igual sentimento de rejeição, de desrespeito com relação não só aos que compõem o espaço escolar, mas também da conjuntura política educacional brasileira. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é entender os principais motivos que levam um professor a motivar-se ou se desmotivar perante sua atividade laboral. Nesta monografia, construiu-se um referencial teórico sobre os desafios do professor brasileiro, como também abordou-se sobre o perfil e o papel do professor. Além disso, a literatura tratou das motivações e desmotivações do professor dentro e fora da sala de aula; do confronto existente entre a precária formação do professor e a realidade existente no local de trabalho e como tudo isso reverbera negativamente não somente na vida do profissional da educação, mas também influencia direta e indiretamente na vida daqueles que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico de uma nação. Para entender a complexidade dessa situação, foi utilizado como um dos caminhos para a pesquisa o uso da biografia da autora deste trabalho como um dos exemplos dessa realidade; além dela, participaram dezesseis professores de português através de um questionário de ordem qualitativa e quantitativa. Em seguida, foram interpretados os dados elaborados fundamentando-se a partir das teorias que discorrem sobre motivação e desmotivação. A presente monografia finaliza-se levando em consideração as contradições existentes no espaço educativo e como elas podem ser (des)favoráveis em conservar um profissional como o professor desmotivado em sua prática educativa.

Palavras-chave: Formação de professores. Motivação e desmotivação docente. Prática docente. Desafios docentes.

ABSTRACT

The core of the question, which involves the teacher teaching practice embedded in the postmodern context, is all about his motivation and demotivation within the school. In face of an oppressive educational context, with regard to the treatment given to Brazilian educators, many of them opted to end their career due to disadvantageous panorama, psychologically, financially and physically. Because of the setback in relation to professionals of education, this work started from a personal dissatisfaction as a graduated Portuguese teacher. This same sense of rejection and disrespect were also found in other professionals of this area towards not only those who make up the School community, but also from the Brazilian educational political conjuncture. Therefore, the objective of this work is to understand the main reasons that might lead a teacher to become motivated or discouraged before their work activity. In this monograph, a theoretical framework on the challenges of the Brazilian teacher was constructed, as well as teacher profile and role. In addition, the literature dealt with the motivations and demotivations of teachers inside and outside the classroom; Of the confrontation between the precarious formation of the teacher and the reality existing in the workplace and how all this reverberates negatively not only in the life of a professional of education but also directly and indirectly influences the lives of those who contribute to the socioeconomic development of a nation. In order to understand the complexity of this situation, this author's biography was used as one of the examples of the realities to be studied; In addition, fifteen Portuguese teachers participated through a qualitative and quantitative questionnaire. Then, the data was elaborated based on theories, which discuss motivation and demotivation. This monograph ends by taking into account the contradictions existing in the educational environment and how they may be (un)favorable in keeping a professional as a demotivated teacher in his educational practice.

Keywords: Teacher motivation and demotivation. Teaching practice. Teaching challenges.

RESUMEN

El centro de la problemática que implica la práctica del profesor incluso en el contexto postmoderno se refiere a su motivación y desmotivación en el ambiente escolar. Ante un contexto educacional opresivo, en relación con el tratamiento que se le da a los educadores brasileños, muchos de ellos optaron por abandonar sus carreras ante un panorama desventajoso tanto del punto de vista psicológico, financiero, como también físico. Debido al debacle que existe en la realidad de la educación profesional, este trabajo provino de una insatisfacción personal, como profesora de portugués titulada, y que encontró en otros profesionales de la misma área el mismo sentimiento de rechazo, de desrespeto con relación no solamente con los que componen el espacio escolar, sino también en el ámbito político educativo brasileño. Por lo tanto, este trabajo tiene como objetivo entender las principales razones que llevan a un profesor a motivarse o desmotivarse ante su actividad laboral. En esta monografía, se construyó un referencial teórico sobre los desafíos del profesor brasileño, como también se trató sobre el perfil y el papel del profesor. Fuera de eso, la literatura trató de las motivaciones y desmotivaciones del profesor dentro y fuera de la sala de clases; del confronto existente entre la precaria formación del profesorado y la realidad existente en el lugar de trabajo y como todo eso repercute negativamente, no solamente en la vida del profesional de la educación, sino también influye directa e indirectamente en la vida de aquellos que contribuyen para el desarrollo socio económico de una nación. Para entender la complejidad de esta situación, fue utilizada como una de las formas de investigación la biografía de la autora de este trabajo como uno de los ejemplos de esta realidad; fuera de ella, participaron quince profesores de portugués a través de un cuestionario de orden cualitativo y cuantitativo. Posteriormente, los datos producidos fueron interpretados con base en las teorías que discuten sobre motivación y desmotivación. El presente trabajo finaliza llevándose en consideración las contradicciones existentes en el espacio educacional y como ellas pueden ser (des) favorables a preservar un profesional como el profesor desmotivado en su práctica docente.

Palabras claves: Motivación y desmotivación docente. Práctica docente. Desafíos docentes.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. OS DESAFIOS DA PROFISSÃO DOCENTE | 13 |
| 2.1 ASPECTO SALARIAL DOCENTE E OS DESRESPEITOS ÀS LEIS TRABALHISTAS..... | 14 |
| 2.2 A BANALIZAÇÃO DOCENTE PERANTE A SOCIEDADE E OS RISCOS À SUA SAÚDE | 19 |
| 3. PERFIL E O PAPEL DOCENTE..... | 25 |
| 4. OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA A PESQUISA | 38 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 51 |
| 6. REFERÊNCIAS..... | 54 |
| 7. APÊNDICES | 55 |

1. INTRODUÇÃO

Sabemos que a educação é importante para o desenvolvimento humano e da sociedade. Pelo fato de ser um dos processos de culturação de um povo, a construção do conhecimento de si como cidadão não se dá somente nos espaços escolares, como também se herda em outros meios além da escola em que o indivíduo está inserido, isto é, através da convivência com familiares, com amigos, a partir dos costumes, ou seja, do modo de ser, de pensar e de agir de uma comunidade. Sendo assim, nessa complexidade que se insere o indivíduo, não só a família, mas também os professores são pilares que sustentam a aquisição do conhecimento formal e da boa conduta, entre outros saberes. Isto é, esse trabalho feito em conjunto é responsável por preparar sujeitos para viverem em coletividade.

Na atualidade, a questão que se discute constantemente, no Brasil, acerca do real papel que compete ao professor é um fator relevante, mas ao mesmo tempo preocupante porque inúmeros desses profissionais pedem afastamento definitivo ou temporário por causa do esgotamento que surge das variadas exigências que transcendem a profissão docente. Por exemplo, devido à comercialização educacional, muitos pais têm delegado aos docentes o papel de atuarem como se fossem membros da família, sobretudo, quando o professor precisa tratar das indisciplinas e possíveis carências dos educandos as quais vêm da ausência dos responsáveis. Esse desconhecimento, por parte dos alunos, dos pais e da própria escola do papel que desempenha o professor causa um esgotamento e é um dos fatores que cooperam para que exista a ausência de desejo em estar no espaço escolar por parte de ambos.

Além disso, inúmeros outros fatores são evidenciados nesse processo de abandono total ou parcial da profissão docente: o desgaste físico, o stress, as doenças, as relações interpessoais, os baixos salários, a falta de incentivos de progressão profissional, de reconhecimento, a violência física e/ou psicológica, o desrespeito às regras trabalhistas, o acúmulo de trabalho e a mudança de paradigma educacional fragilizam ainda mais a permanência do educador na profissão. Tudo isso gera preocupação não só com relação ao desenvolvimento econômico do país, mas, principalmente, ao desenvolvimento humano. O déficit de professores brasileiros, nesse sentido, aumenta anualmente e cada vez mais tem se tornado escassa a presença do professor-satisfeito no espaço escolar.

De acordo com o estudo feito pela Fundação Carlos Chagas, em 2009, sobre atratividade da carreira docente há um número expressivo: apenas 2% dos alunos que estão no ensino médio pretendem cursar Pedagogia ou outra licenciatura, 83% dos pesquisados querem atuar em carreira desvinculadas à docência, 9% querem atuar em disciplinas da Educação Básica e 6% dos entrevistados não responderam ao questionamento. Além disso, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (Inep) e o CENSO da EDUCAÇÃO SUPERIOR (2004 a 2008), há um déficit de 710 mil de professores com formação adequada nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio no Brasil, devido à pouca procura existe para atuar como docente no Brasil.

Diante disso, cabe a inquietação para compreender tal fenômeno de perto, ao fazer o seguinte questionamento e tomá-lo como ponto de partida para dar início a este estudo: quais os motivos que levam o professor à (des) motivação ao exercer sua profissão? Para esclarecer tal pergunta autores como Selma Garrido Pimenta, Paulo Freire, Edgar Morin, Mario Sergio Cortela, Philippe Perrenoud, Dermerval Saviani e outros documentos legais da área de educação nos serviram de suporte para construirmos nossas respostas.

Esse e outros motivos com relação à profissão docente são os pontos cruciais que levam a autora a pensar acerca das próprias experiências docentes e a de outros colegas de profissão os quais se encontram (in) satisfeitos por atuarem como professor (a). Para tanto, traçou-se como objetivo geral: diagnosticar os elementos responsáveis com relação à (des) motivação em relação à sua prática docente, dando maior ênfase ao processo de desmotivação docente. E para atender ao objetivo geral, elaborou-se os seguintes objetivos específicos:

- a-) Realizar levantamento bibliográfico sobre a questão dos desafios do professor inserido no contexto da pós-modernidade;
- b-) Compreender o problema através do suporte literário que abrange a questão da realidade vivenciada pelos professores no que tange à questão dos motivos que levam-no ao esgotamento profissional;
- c-) Analisar os dados elaborados através de um questionário de ordem quali e quantitativa;
- d-) Apresentar a conclusão dos dados acerca dessa realidade no que toca à motivação e desmotivação do professor de língua portuguesa na sua prática escolar.

Este estudo tem relevância acadêmica no sentido de colaborar com a discussão sobre o tema, bem como trazer caminhos que possam dar ciência- ao estudante das licenciaturas e da pedagogia- acerca da realidade da prática docente para que se reduza a quantidade de insatisfações na profissão, pois muitos de nós professores entramos no curso de formação sem ter noção acerca dos impasses e desafios que enfrentam o professor brasileiro. O tema recorrente foi escolhido para que ele seja vislumbrado pela academia principalmente porque há de haver uma formação do professor que busque preparar sujeitos mais realizados e críticos acerca do seu papel na sociedade, revelando a importância de se construir como professor, profissão fundamental para a progressão social.

Nesse sentido, visando contemplar a discussão que se pretende, o presente trabalho se estruturou da seguinte forma: no primeiro capítulo, buscou-se um referencial teórico para abordar o cenário em que se encontram os professores e os desafios que existem na profissão docente; no segundo capítulo, apresentou-se o a formação e o papel dos professores; no terceiro capítulo, traçou-se o percurso metodológico juntamente com as análises dos dados produzidos; no final, apresentou-se uma breve análise acerca desse estudo, levando em consideração todos os suportes que foram utilizados nesta pesquisa.

2. OS DESAFIOS DA PROFISSÃO DOCENTE

Historicamente, o acesso às escolas, no Brasil, só cresceu em meados do século XX, conforme a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura - UNESCO (2009, p. 11). Com as transformações que surgiram na sociedade brasileira, naquele período de tempo, a demanda pelo processo de escolarização dos indivíduos aumentou em concomitância com as necessidades sociais, logo, a quantidade de professores com formação adequada se tornou algo preponderante para estada dele em sala de aula exercendo sua função. Sendo assim, percebe-se que isso compõe um dos variados desafios existentes no cerne da questão educacional brasileira. Portanto, nos questionamos como foi possível às universidades formar profissionais docentes com a capacidade adequada para estar em sala de aula, visto que era necessário uma formação mínima para atender a nova demanda?

Por outro lado, ainda conforme a UNESCO (2009, p.11),

A escolarização no Brasil foi, durante séculos, apanágio das elites, em que pese a existência de propostas educacionais em documentos e estudos, em debates entre teóricos, filósofos, políticos e religiosos, e em algumas poucas escolas, porém sem um correspondente em política inclusiva da população como um todo na escola.

Sendo assim, devido às transformações da sociedade brasileira nos aspectos mercadológicos, políticos, sociais, sobretudo, tecnológicos surgiu a necessidade de profissionais para preparar pessoas para atuar nesse cenário de tantas exigências, posto que quanto mais mão de obra qualificada uma sociedade produz, melhor para seu desenvolvimento econômico. Nesse sentido, é através do profissional da educação que se promove essa escolarização. Por isso, a UNESCO (2009, p. 11) também ressaltou que:

O suprimento de docentes nas escolas caminha por meio de várias adaptações: expansão das escolas normais em nível médio; cursos rápidos de suprimento formativo de docentes, complementação de formações de origens diversas, autorizações especiais para o exercício do magistério e não-licenciados, admissão de professores leigos etc.

Toda essa realidade de formação docente aligeirada no Brasil, repercute significativamente para um panorama educacional frágil, sem os devidos investimentos, sobretudo, no aspecto humano. Em contraponto ao que a sociedade hoje requer dos profissionais que ingressam no mercado de trabalho, a formação do professor é um dos itens, de épocas passadas até os dias atuais, que reflete na qualidade de vida do educando e de como ele se prepara para enfrentar o mercado de trabalho, isto é, o professor sem a devida formação é responsável seja pelo sucesso ou insucesso do futuro cidadão. Portanto, enumerou-se alguns desafios com relação à permanência de professores na sua profissão, a saber: o aspecto salarial e os desrespeitos às leis trabalhistas e a banalização docente e os riscos à sua saúde. A finalidade de elencar tais desafios perpassa pela questão dos caminhos que levam o docente a evadir do seu afazer profissional, como também a sentir-se desmotivado perante seus compromissos.

2.1 ASPECTO SALARIAL DOCENTE E OS DESRESPEITOS ÀS LEIS TRABALHISTAS

Uma das formas de valorizar um profissional diz respeito à proporcionalidade da sua carga horária trabalhada com o seu salário. No caso do professor brasileiro, o salário não é fidedigno com relação à sua jornada semanal trabalhada, por isso metas foram estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, PNE, tendo como objetivo revalorizar o status quo do professor no Brasil. Conforme, NELSON, 2016, p. 165:

“Tendo em vista a busca constante da revalorização do professor, a qual reflete na garantia de remunerações e condições de trabalho condignas, como bem prevê o Plano Nacional de Educação (2011-2020), torna-se fulcral a luta constante, por tal desiderato, como um dos fatores para elevar a educação no país, seja evitando o êxodo dos bons mestres, seja estimulando a entrada de novos talentos, além de melhoria na qualidade do ensino, tendo em vista que cessaria as jornadas intermináveis do docente em várias instituições, nos mais diversos horário”

Percebe-se que, a questão salarial do professor, por muito tempo é analisada por especialistas, a ponto de levar em consideração a desproporcionalidade que existe entre jornada trabalho e remuneração equiparadas. Diante da Meta 17, situada no Plano nacional de educação - PNE

do decênio 2011-2020, observa-se que há uma tentativa de valorizar os profissionais da educação, dando-lhes a garantia de melhores salários.

A Meta estabelecida para os salários dos professores da rede pública, da educação básica, indica que deva-se buscar uma equiparação da média salarial daqueles que tem ao menos um ano completo de nível superior, com a média observada para os demais profissionais de mesma escolaridade, até o ano de 2020 (BRASIL,PNE, 2014).

Diante disso, sabe-se que um dos fatores cruciais que se leva em consideração no tocante à desmotivação ou motivação profissional diz respeito aos rendimentos mensais, sobretudo quando se trata de remuneração do professor. Segundo Camargo (2012, p.341), em seu artigo que trata da questão salarial do professor intitulado como “Remuneração de professores no Brasil: um olhar a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).”, a remuneração é compreendida como:

dinheiro e/ou bens pagos pelo serviço prestado, incluindo valores pagos por terceiros. A remuneração é a soma dos benefícios financeiros, dentre eles o salário, acordada por um contrato assinado entre empregador e empregado.

Ainda sobre a remuneração do professor, a recomendação da OIT/UNESCO de 1996 relativa ao Estatuto dos professores, p.44:

- a) Refletir a importância que a educação tem para a sociedade e consequentemente a importância do professor, e as responsabilidades de toda a espécie que sobre ele recaem a partir do momento em que começa a exercer as suas funções;
- b) Poder ser favoravelmente comparado com os vencimentos pagos em profissões que exijam qualificações equivalentes ou análogas;
- c) Assegurar aos professores a manutenção dum razoável nível de vida para si e seus familiares e permitir o prosseguimento da sua formação e aperfeiçoamento profissional assim como o desenvolvimento dos seus conhecimentos e enriquecimento cultural.
- d) Ter em conta que determinadas funções requerem uma grande experiência e qualificações mais elevadas, e implicam maiores responsabilidades.

Nesse sentido, sabe-se que a sobrecarga existente com relação ao trabalho docente beira à exaustão, visto que o afazer de um professor está além das salas de aula e isso, muitas vezes, não é enfatizado, tampouco calculado no salário do

professor. O acúmulo dessas obrigações e da vasta carga horária refletem cada vez em um docente apático no tocante ao salário mensal, uma vez que a proporção do que se recebe não é condizente com a imensidão de trabalho existente.

A ideia de que o professor é educador, por isso é “extensão da família” (e cabe somente a ele o papel de educar) colaborou para que a docência demorasse a ser reconhecida como uma profissão, esse é um dos fatores que colaboram para que se acentue a falta de reconhecimento do professor como um profissional.

No contexto da rede privada, muitos pais pagam a escola distorcendo o papel que ela tem, ou seja, o professor deve tratar de algumas lacunas como, por exemplo, a indisciplina do educando que não dizem respeito ao currículo formal e estão além do que está explícito no processo de educação, como apresenta Gonçalves apud Mathias, 2011, p. 1: “O aprendizado dos educandos no ambiente escolar, não se restringe aos aspectos formais materializados no currículo institucional ou formal.” Ou seja, segundo o autor, pode-se subentender que, ao dizer que o processo não se restringe aos aspectos formais, há um acúmulo de papéis com relação às obrigações do professor, isto é, além de mediar a educação formal, o educador também deve dispensar a seus alunos a educação além da formalidade.

Como se não bastassem as obrigações formais existentes dentro e fora de sala de aula, o professor se encontra neste cenário educacional cuja essência é neoliberal: a educação é mercadoria, e, para educar pessoas, é preciso desenvolver um trabalho árduo que transcende a competência técnica do professor.

Mesmo com toda essa demanda rotineira, o docente ainda é o profissional mais mal pago do Brasil. Conforme os dados apresentados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE. Esse relatório foi apresentado pelo *Education at a Glance 2014*, o qual investiga dados acerca da educação nos 34 países membros da Organização e 10 parceiros, incluindo o Brasil. Conforme a análise, um professor em início da profissão que dá aula para o ensino fundamental em instituições públicas recebe, em média, 10.375 dólares por ano no Brasil. Em Luxemburgo, o país com o maior salário para professores, recebe 66.085 dólares. Isto é, o salário do professor luxemburguês é 6 vezes maior em relação ao do professor brasileiro. Entre os países membros da OCDE, a média salarial anual do professor é de 29.411 dólares. Quase três vezes mais que o salário brasileiro.

Um dos pontos que se pode destacar sobre essa situação do professor, no atual contexto, é que ele se submete a tudo isso porque depende do salário para viver e se manter frente às necessidades contemporâneas de consumo. Muitas vezes, os docentes recebem sua remuneração atrasada e sem correção. Essa prática está em desacordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas- CLT-, no artigo 459:

O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 (um) mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.
§ 1º Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido (BRASIL, 1989).

Nesse sentido, o que versa a lei vai de encontro ao que se pratica em relação ao salário do professor. Muitos deles, ao receber seus salários em atraso não são contemplados com os acréscimos de juros previstos. Isso interfere diretamente na permanência do professor na escola com qualidade, visto que o salário entre outros motivos é utilizado para subsistência do professor.

Portanto, a rede privada de ensino, ao deixarem de pagar o educador em dia, faz com que o profissional deixe de cumprir com suas obrigações pessoais e passe a sofrer dano moral por desorganizar toda sua rotina econômica. De fato, a questão salarial é um dos principais motivos que levam à desmotivação do professor ao exercer seu trabalho com qualidade.

No tocante aos diversos fatores que corroboram para que haja o desrespeito às leis trabalhistas por parte do empregador, com relação aos impostos e outros valores de direito concedidos ao professor, percebe-se que se trata de outra forma de desvalorização docente.

A questão da partição dos salários dos professores como forma de atenuar os tributos da empresa é uma realidade presente na rede privada de ensino. Muitos professores recebem um valor a mais do que está registrado na carteira de trabalho e isso gera problemas futuros para ele, principalmente, na questão dos direitos trabalhistas que cada professor registrado possui, ou seja, o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, a questão das férias remuneradas, o 13º salário, o recolhimento do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, são reduzidos

porque o que consta no registro formal é um valor que chega a ser 50% a menos do que se ganha realmente.

Além disso, existem outros problemas que envolvem a questão da não-remuneração e que está prevista em lei, por exemplo, a questão do salário-família, conforme é previsto na Lei Nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, Art. 1º:

O salário-família, instituído por esta lei, será devido, pelas empresas vinculadas à Previdência Social, a todo empregado, como tal definido na Consolidação das Leis do Trabalho, qualquer que seja o valor e a forma de sua remuneração, e na proporção do respectivo número de filhos.

Diante das tantas bases legais que asseguram os direitos do professor, nota-se que elas são desconsideradas, no momento em que o profissional não tem seus direitos garantidos, principalmente, nas redes privadas de ensino, nas quais o objetivo central é o lucro exacerbado em detrimento da mão de obra do professor.

Outro ponto a ser ressaltado no tocante à questão dos descumprimentos dos deveres trabalhistas e à remuneração é a questão das janelas que existem entre uma aula e outra. É o que ressalta Nelson (2016, p.170):

“As janelas são o tempo compreendido a disposição do empregador, na qual o professor fica no aguardo de uma aula para outra. Por esse tempo, computasse como hora/aula trabalhada, devendo o mesmo ser remunerado. Tal circunstância é algo corriqueiro da docência, quando o professor ministra aula, por exemplo, nos dois primeiros horários, tendo que esperar o terceiro horário (livre), para ministrar a sua aula que acontece no quarto horário, ou seja, é um horário que o mesmo fica à disposição da instituição, pois como a fração de tempo é exígua, não compensando ao docente ir para casa ou praticar algum ato de descanso, devendo ser remunerado pelos quatro horários (3 horários e uma “janela”).”

A partir das análises supracitadas, muitos profissionais docentes subtraem seus direitos em detrimento da permanência e garantia de seus empregos. Em se tratando de mercado de trabalho, muito profissionais se submetem a tais situações porque preferem garantir o mínimo, do que arriscar perder o emprego; sabendo ele que existem vários profissionais-concorrentes em busca dessas mínimas condições de trabalho. Então, fica claro que, se não for através da rescisão de trabalho mediada pela justiça, os direitos que estão previstos em vários documentos legais são desrespeitados pela maioria dos empregadores da rede privada de ensino,

reforçando, assim, a questão da desmotivação do professor em permanecer satisfeito na sua profissão.

2.2 A BANALIZAÇÃO DOCENTE PERANTE A SOCIEDADE E OS RISCOS À SUA SAÚDE

A respeito dos princípios e finalidades da educação nacional, no artigo 2º da Lei 9.394/1996, LDBEN, “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Nessa perspectiva, o papel do docente requer, nesse aspecto, uma parceria equilibrada com essas instâncias sociais, a fim de que a educação cedida no espaço escolar e domiciliar colabore com a progressão do sujeito social.

Diante do panorama apresentado, é pouco valorizada a questão humana do professor. Ainda que se presuma a ideia de “valorização do profissional da educação escolar” (Artigo 3º, inciso VII, LDB, 2006), a maioria dos professores brasileiros não têm o devido reconhecimento diante das suas funções.

Por causa da desvalorização docente por parte da sociedade brasileira, esse processo de modificação cultural e moral do meio em que vivemos, ao longo do tempo, inseriu o professor num contexto cujas tarefas são multifuncionais. Como consequência disso, ele atende a uma vasta “clientela” (pais e alunos) exigente, visto que a educação, em pleno capitalismo, tornou-se um produto caro. Partindo desse pressuposto, inúmeras formas de desrespeito foram dispensadas ao professor, visto que o seu papel menosprezado perante a noção mercadológica de se fazer educação. Esse profissional passa a ser desrespeitado pelos próprios colegas de trabalho, pelos gestores das escolas, pelos políticos, pelos pais, pelos alunos e até por eles mesmos no que tange à união da categoria em reivindicar seus direitos.

O espaço escolar, atualmente, transformou-se em uma indústria que, implicitamente, delega ao professor o dever de lidar com o processo de ensino e aprendizagem de maneira apática, submissa e paciente; subtraindo de si a questão a saúde psicológica, física e emocional. Nessa lógica, o educador deixa de ser o mediador, o construtor do conhecimento para assumir um papel que não lhe

competete – um mero funcionário que atende às necessidades de seus alunos numa relação exaustiva, desrespeitosa, o que acarreta em inúmeros danos à integridade do educador, colaborando, assim, para que haja uma possível relação de fragilidade no processo de ensino e aprendizagem.

No que toca à relação conturbada entre professores e alunos, imbricada pela indisciplina em sala de aula, muitos docentes deixam de exercer suas devidas funções para tratar de assuntos os quais não deveriam ser contemplados no espaço escolar como, por exemplo, a falta de educação doméstica.

Isso implica em o educador fazer o papel que cabe à família, mas, diante do cenário em que se insere os novos modelos de família do século XXI, a questão da ausência dos pais e/ou responsáveis permite que seus filhos desconheçam a educação domiciliar, cabendo ao professor o papel de disciplinador de alunos que não compreendem o próprio processo educacional, gerando, assim, um desgaste o qual implicará no insucesso dessa relação.

Além disso, a questão da violência física praticada contra professores aumentou exponencialmente na sociedade brasileira. À luz do dia, noticiários expõem a questão e faz como que a procura pela profissão se torne cada vez mais exígua.

Segundo um estudo feito pela OCDE (2014), o Brasil é o país com maior número de violência contra o professor em relação aos 34 países membros. Segundo a análise de dados, a média entre os países é de 3,4%. Dos professores brasileiros entrevistados, nesse estudo, 12,5% afirmaram ter sofrido violência física ou intimidação por parte dos alunos. Em contrapartida, países como a Coreia do Sul possuem índice zero com relação à prática de agressão ao professor. Isso demonstra o quanto, no Brasil, a evasão na profissão docente é recorrente, visto que a insegurança nos espaços escolares e em universidades é inexistente.

Sendo assim, a busca por cursos de licenciaturas ou pedagogia se tornam cada vez mais escassos do ponto de vista financeiro, que é pouco atraente para a demanda de trabalho, e da desvalorização, recorrente no Brasil. Tudo isso é preocupante, principalmente, para a formação de outros futuros profissionais. Conforme se veem os dados da Fundação Carlos Chagas (2009) mencionados na introdução deste trabalho.

Ademais, existem as outras formas de violência destinadas ao professor: assédio moral que implica em fazer, por exemplo, chantagem empregatícia, ou seja,

quando se ameaça implicitamente o educador a ter atitudes convenientes ao patrão para não perder o emprego. Porém, o que está previsto na CLT com relação a essa prática do empregador é de rescisão de contrato, conforme se declara no artigo 483:

O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando: a) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato; b) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo; c) correr perigo manifesto de mal considerável; [...] (BRASIL, 1989).

A despeito da lei, sabe-se que na realidade, muito professores silenciam esse problema, que é frequente, para permanecer em seus empregos. Existe também, quanto aos variados tópicos sobre violência contra o professor, a questão do assédio sexual, que acomete, principalmente, com as professoras. Nessa perspectiva, diretores, gestores (até mesmo alunos) se aproveitam da condição subalterna das professoras para assediá-las como pretexto de garantir-lhes a permanência, ou seja, uma pseudo “estabilidade” no emprego. Sabe-se que, caso ocorra isso em meio ao espaço escolar, o Código Penal brasileiro diz que a pena para esse tipo de crime é de um ano, conforme se vê no Art. 1º do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e no artigo art. 216-A:

Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos. (BRASIL, 2001)

Portanto, na sociedade, ainda que haja o reconhecimento da importância da pessoa do professor diante das transformações sociais, o educador brasileiro enfrenta, até hoje, vários problemas no que tange aos diversos tipos de violências sejam elas física, verbal, psicológica, virtual, enfim, todo desrespeito concedido a esse profissional acentua, via de regra, a banalização e a ridicularização da imagem do professor perante a sociedade brasileira.

Todos esses danos mencionados acarretam em problemas à saúde física do professor. Entende-se aqui sobre saúde como:

[...] um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade. Gozar do melhor estado de saúde que é possível atingir constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, de religião, de credo político, de condição econômica ou social. A saúde de todos os povos é essencial para conseguir a paz e a segurança e depende da mais estreita cooperação dos indivíduos e dos Estados. (Constituição da Organização Mundial da Saúde, OMS/WHO, 1946)

Nesse sentido, a saúde do professor é menosprezada quando, no espaço escolar, pouca ou nenhuma atenção é destinada a ela. Isso acentua a fragilidade que se encontra a autoestima desse profissional.

Muitos professores são acometidos por várias doenças de ordem psicológica (depressão, síndrome de *Burnout*, stress), problemas no aparelho respiratório (asma, rinites alérgicas), enfermidades cardiológicas (hipertensão, arritmia, parada cardíaca, aneurisma), doenças no aparelho fonador (rouquidão, perda total da voz, calos nas cordas vocais), lesões por esforço repetitivos –LER/DORT, entre outras que estão associadas ao trabalho docente exaustivo.

Um dos fatores que são relevantes para o adoecimento do professor é a quantidade de alunos presentes em sala de aula. Devido a isso, um único professor é responsável por atender turmas que superam a quantidade prevista nas convenções coletivas, e mesmo as que estão previstas, apontam para um número alto para estabelecer a qualidade no processo de ensino e aprendizagem, conforme se vê na Convenção Coletiva de Trabalho 2016-2018 do Sindicato dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino privado da Paraíba- SINTEENP, na cláusula 22:

Fica estabelecido o seguinte limite máximo de alunos por turma:
Educação infantil (maternal, jardim I e II): 25 alunos;
Educação infantil (1º ano): 30 alunos;
Ensino fundamental (2º e 3º anos): 35 alunos;
Ensino fundamental (4º e 5º anos): 40 alunos;
Ensino fundamental (6º ao 9º anos): 50 alunos;
Ensino Médio: 60 alunos;
Cursos livres e de idiomas: 24 alunos
Parágrafo único: será pago aos professores um adicional de 10% (dez por cento) sobre seu salário mensal, para cada aluno excedente do convencionado nesta cláusula.

Ou seja, trata-se de uma quantidade exorbitante para que apenas um profissional dê conta. Mesmo assim, sabe-se que diante dessas regras

estabelecidas, pedagogicamente, é inviável um processo de ensino e aprendizagem de qualidade, de excelência tendo em vista essa quantidade de alunos por turma. Isso reflete negativamente na saúde do professor, uma vez que ele será o responsável por gerenciar uma quantidade relevante de alunos no processo de aprendizagem, assim como os trabalhos extraclasse referentes à quantidade de aluno estabelecida, compromete, de fato, a saúde física e psicológica do professor.

Segundo Tavares (2007), pesquisas realizadas no Brasil apontam como fontes de estresse nos professores, o demasiado trabalho para fazer, as turmas difíceis, o nível de barulho bastante elevado, estudantes pouco motivados, salário inadequado, comportamento inadequado dos estudantes, formação inadequada, más condições de trabalho, pressão de tempo. Ainda, segundo Tavares 2007, p. 19 em seu artigo sobre Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a:

“Ser professor é uma das profissões mais estressantes na atualidade. Geralmente as jornadas de trabalho dos professores são longas, com raras pausas de descanso e/ou refeições breves e em lugares desconfortáveis. O ritmo intenso e variável, com início muito cedo pela manhã, podendo ser estendido até à noite em função de dupla ou tripla jornada de trabalho. No corre-corre os horários são desrespeitados, perdem-se horas de sono alimenta-se mal, e não há tempo para o lazer. São exigidos níveis de atenção e concentração para a realização das tarefas. Quando o trabalho é desprovido de significação, não é reconhecido ou é uma fonte de ameaças à integridade física e/ou psíquica acaba por determinar sofrimento ao professor.”

Para Lima e Filho, 2009, p.74

“ a depressão difusa na escola de hoje provém da ausência de sentido instalada no coração do projeto escolar. Essa falta de significado da escola para os alunos possui esse reverso mal conhecido: se a escola não tem sentido para os alunos, inevitavelmente também não fará sentido para os professores.”

Ou seja, a escola, conforme os autores, precisa valorizar o real sentido que ela tem, assim como todos aqueles que a compõem, sobretudo, o professor cujos trabalhos, muitas vezes, não são valorizados. Como consequência, têm-se alguns profissionais apáticos, trabalhando no “automático” sem perspectivas de motivação.

Por isso, “Quanto mais alienado, mais doído e mais esteja sofrendo um professor, haverá menos possibilidades de formar um sujeito livre” (KOHEN, 2005, p. 89, apud Robalino). Nessa lógica, tem-se variadas consequências existentes no

desenvolvimento da sociedade, visto que a saúde docente é fator relevante para que esses profissionais exerçam seus papéis motivados como, por exemplo, de formar cidadãos críticos.

Pelo fato de a saúde do professor ser subtraída ao longo do seu trabalho, a aposentadoria desse profissional é enquadrada na chamada aposentadoria especial, conforme se vê no Decreto nº 3.048 de 06 de maio de 1999 a respeito da Aposentadoria Especial, no Artigo 64:

A aposentadoria especial, uma vez cumprida a carência exigida, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, este somente quando cooperado filiado a cooperativa de trabalho ou de produção, que tenha trabalhado durante quinze, vinte ou vinte e cinco anos, conforme o caso, sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. (BRASIL, Decreto nº 4.729, de 2003)

Por fim, a vulnerabilidade em que se encontra a saúde do professor diz respeito às condições de trabalho nas quais o docente se submete. Sendo assim, percebe-se o quanto o processo de desgaste físico e emocional revelam que esse profissional tem se mostrado cada vez mais frágil, apático e desmotivado para dar continuidade a seus afazeres e permanecer na profissão com o devido reconhecimento e as devidas condições de trabalho.

3. PERFIL E O PAPEL DOCENTE

Os professores são parte integrante do processo educativo, sendo importantes para a formação das gerações e para os padrões de sociedade que buscamos. Segundo Libâneo (1994, p.16 e 17),

O trabalho docente é parte integrante do processo educativo mais global pelo qual os membros da sociedade são preparados para a participação na vida social. A educação- ou seja, a prática educativa- é um fenômeno social, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades.

Nessa perspectiva, a parte que é delegada ao profissional da educação consiste no papel de intermediar o que existe no universo escolar com os anseios existentes na sociedade, a fim de que haja pessoas – docentes e discentes-, atuantes, transformadores da própria realidade e a de outrem, consoante o que aponta Nóvoa *apud* UNESCO (1999, p.17):

“é no professor que se deposita parte da responsabilidade pela condução do processo de consolidação de novos paradigmas científicos, éticos e culturais, fato que se traduz em exigências cada vez mais complexas quanto a suas competências profissionais [...]”

Quanto a isso, entende-se que o professor é um profissional que transcende no aspecto da sua prática educacional, executada dentro ou fora da sala de aula, a ponto de ela reverberar no espaço social, no qual se encontram sujeitos, que, humanizados pela educação, tornam-se responsáveis pelo desenvolvimento, transformação e construção da sociedade.

Nesse sentido, Freire (1998, p. 106), ressalta que:

“É como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas ideias, suas concepções.”

Com isso, Freire destaca a prática do professor como algo responsável, em parceria com os educandos, pela construção dos aspectos materiais e imateriais os quais estão presentes nas relações dos sujeitos; uma prática que visa, sobretudo, a

educação libertadora que se dá através do saber, do conhecimento de si e de outrem.

Com as exigências que nos são impostas, ao longo da vida, no que toca à profissionalização, a ideia de ser professora surgiu aleatoriamente. Quando me propus a fazer a graduação em Letras não tinha a noção do que viria a ser o trabalho docente e a carga que é imposta a ele por ser coautor do processo educacional do indivíduo. Tinha apenas uma ideia superficial devido ao contato que tive com meus professores na educação básica e, mesmo assim, com visão de estudante. Foi no decorrer da minha experiência ativa, como professora, que eu pude entender o sentido desse trabalho, tanto do ponto de vista social, econômico, como na perspectiva pessoal.

No atual panorama pós-moderno e com as diversas modificações que ocorrem na sociedade- sobretudo, com a imersão do mundo nas tecnologias da informação, sabe-se que qualquer pessoa, que tenha acesso aos meios de comunicação e estão plugados em rede, hoje, é capaz de adquirir informação, transferir e/ou compartilhar conhecimentos, conforme versou Belloni apud Breton, 1999, p. 65:

Nesta sociedade do futuro que se inicia agora, as máquinas “inteligentes” povoarão cada vez mais o cotidiano e por consequência, o campo da educação. Esta sociedade povoada de máquinas “inteligentes”, embora ainda esteja restrita a alguns “bolsões de alta tecnologia”, ou seja, a grupos sociais vivendo em ambientes altamente tecnificados, utilizando com crescente intensidade computadores ligados em redes para trabalhar ou estudar, comunicar-se, para resolver problemas da vida cotidiana.

Porém, a função do professor diante dessa transformação social ainda é o de mediar, de interferir, de alertar, de educar, enfim, nortear para que se consuma informações que venham a contribuir no processo de aprendizagem do aluno. Mesmo com o autodidatismo que a máquina confere ao homem, a boa orientação no seu manuseio ainda se dá através de profissionais capacitados para perceber o que realmente é sadio para a construção da cognição crítica do ser humano.

Mesmo que exista a possibilidade de hoje os sujeitos se organizarem sozinhos frente aos seus anseios pessoais, a presença do professor é fundamental. Será que os professores atuantes em suas pedagogias perceberam que em sua formação ficaram lacunas, a ponto de muitos verem, em pleno século XXI, a

tecnologia como um entrave à sua vida? Será que diante do público adolescente e/ou jovem, o professor está apto a enfrentar esse novo universo digital e trazê-lo para sala de aula como forma de atrair os educandos?

Toda profissão requer do profissional a habilidade, a competência, a prática que advém da experiência para desenvolver com primor qualquer função laborativa. Perrenoud apud UNESCO (1999, p.18), ao discutir a formação de professores em sociedades em processo de mudança, afirma que, “ainda que não se configurem como intelectuais, no sentido estrito, são eles, no mínimo, os mediadores e intérpretes ativos das culturas, dos valores e do saber em transformação.

Nesse sentido, observa-se que, mesmo com as transformações da sociedade e com a diversidade de tendências pedagógicas, os professores possuem papel importante na educação por serem eles os verdadeiros assessores, mediadores do seu educando; são eles que têm a responsabilidade de despertar para o conhecimento, para a vida, para a responsabilidade cidadã.

Diante dos afazeres do educador, é preciso reconhecer que deve existir uma adequada formação do professor para vivenciar os desafios de sala de aula ou de quaisquer outros *lôcus* de aprendizagem. Por isso que, para atuar no ramo da docência a excelência é um requisito fundamental em todas as situações: seja na preparação de aula; seja no comportamento perante os alunos; seja no relacionamento interpessoal com a gestão, enfim, seja na própria vida pessoal. Criou-se a ideia de que, mesmo mal remunerado e desvalorizado, a figura do professor deve ser exemplo, principalmente, porque é uma figura pública que requer bons modos.

Um dos passos para ingressar na profissão de professor se dá, primeiramente através de muita coragem, ou seja, um ato de amor sem reciprocidade, em se tratando de sociedade brasileira. Em segundo lugar, assim como outras áreas profissionais, por meio da aquisição de um título/licença, conforme versa o artigo 62 da Lei 9.394/96 -, ao ressaltar que:

“A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade Normal” (BRASIL, LDBEN, 1996).

Além disso, não cabe apenas o viés da formalidade para ser professor, é preciso desenvolver uma inteligência emocional que envolva o ato de amar a profissão em todos os aspectos que a envolve, sobretudo quando se fundamenta no diálogo; é preciso estar disposto a querer lecionar. Para Freire (2005, p. 92), o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa da sua libertação, mas esse compromisso, porque é amoroso, é dialógico.

Mesmo com a exigência do ditame supracitado, a existência de professores com formação adequada para estar em sala de aula é exígua, quando se percebe o *status quo* da profissão no Brasil. Existem vários professores que atuam como docentes sem terem licenciatura, isto é: engenheiros que ensinam matemática, física; advogados que ministram aulas de história, geografia, entre outros exemplos que demonstram a terceirização da prática docente; além de demonstrar o quanto a Lei de diretrizes e bases da educação nacional, juntamente com os sindicatos e a política educacional brasileira, estão alheios com relação à valorização e à formação do educador brasileiro. Por isso, há muitas lacunas existentes na formação dos professores que atuam no mercado de trabalho, já que não perceberam na ciência educacional a importância que ela tem para o fazer docente. Segundo Pimenta (1996, p. 6):

“Os profissionais da educação, em contato com os saberes sobre educação e sobre a pedagogia, podem encontrar instrumentos para interrogarem e alimentarem suas práticas, confrontando-os. É aí que se produzem saberes pedagógicos, na ação.”

A despeito disso, o cenário real em que se encontra o professor aponta para a fragilidade na formação a qual se dá desde a vivência na academia até a sua atuação no mercado de trabalho e se depara socialmente com preconceitos devido à árdua tarefa de educar pessoas. Isso constitui um fator preocupante para o desenvolvimento desse profissional, visto que o próprio professor, muitas vezes, não compreende o objeto da pedagogia - educação- como um ponto de partida para construir a sua técnica e, assim, interligá-la às experiências adquiridas com as teorias advindas do processo de formação inicial e continuada.

Pressionados pelos baixos salários, por uma formação precária – frequentemente desvinculada das condições concretas de vida de seus alunos e do meio em que atuam – e pelo acesso limitado ou inexistente a bens culturais, entre outros problemas, os professores se veem isolados no enfrentamento da

heterogeneidade social, econômica e cultural que, segundo Morin (2000), caracteriza a sala de aula.

Dada a real situação precária em que se insere a formação do professor brasileiro, ainda existem sujeitos atuando no mercado que não são professores, isto é, ensinam uma dada matéria, mas não são licenciados; e professores que são professores, isto é, possuem licenciatura, mas sem habilidade e competências para ensinar, por causa de uma série de fatores que partem, inclusive, do meio acadêmico o qual não dá suporte e tempo adequados para haver a aquisição de experiência e, quando existe, o tempo não é o suficiente para entender a complexidade que é a atuação na docência.

Além disso, a matriz curricular da UFPB diverge dos anseios existentes no mercado de trabalho - tanto da área privada como da pública- distanciando teoria e prática. Ademais, são poucos os professores formadores, atuantes da esfera pública, que firmam compromisso em formar, assessorar adequadamente os professores que estão em formação, uma vez que os primeiros são desvalorizados pelo poder público; os segundos, no seu exercício vindouro, *idem*. Então, como formar docentes com excelência, se o próprio professor formador é desvalorizado?

É preciso que o olhar o qual se direciona ao professor seja repensado, a fim de que ele possa se sentir motivado e compreender quais os reais papéis que ele possui ao formar profissionais da educação, que devem ser e estar atentos à práxis que irão exercer ao se tornarem educadores. É nevrálgico que ele - o professor formador- exerça a sua função sabendo garantir às próximas gerações o equilíbrio de uma nação, através da política, da ética, da economia e outros fatores construtores dos aspectos primordiais de um país. Nessa lógica, Perrenoud (2002, p.171), afirma que:

“Nenhum formador de professores pode ignorar o problema das finalidades da escola e de seu sentido. Somado a isso, não pode resolvê-lo, pois ele está no centro das contradições do sistema educativo e da intenção de educar e de instruir: contradições entre o desejável e o possível, entre as promessas e os atos, entre as belas ideias e as resistências à realidade, entre as aspirações democráticas e os mecanismos de exclusão.”

A partir disso percebe-se que o cenário no qual o professor está inserido é permeado de contradições as quais dificultam o exercício de sua prática, visto que

se a sociedade precisa se desenvolver em todos os aspectos, não é através da desvalorização dos profissionais da educação que haverá a garantia de isso acontecer, sobretudo num país como o Brasil marcado pelo demérito no que concerne ao setor educacional.

Muitos de nós, professores em constante processo de formação, por não termos o devido recurso material, financeiro e acadêmico suficientes; bem como políticas públicas voltadas para a valorização e formação do professor enfrentamos desafios na academia e, como consequência, somos desvalorizados no *lócus* de estudo e de trabalho; as condições de dar continuidade à progressão acadêmica e profissional não são tão favoráveis, principalmente, porque o tempo para validar a prática é curto; para estudar numa pós-graduação também. Ou seja, conciliar a carga horária de trabalho com acúmulo de afazeres e associá-los à progressão profissional gera uma exaustão, um esgotamento que é inumano porque somos limitados física e psicologicamente.

Nesse contexto, cabe as indagações: como ter estímulos para dar continuidade a uma formação continuada de excelência, se a formação inicial percorreu inúmeros desafios? Como conciliar tempo de trabalho com pós-graduação e/ou graduação? Já que o perfil de muitos professores em formação contempla o trabalho e o universo acadêmico? Além disso, como ter estímulos para prosseguir se a própria sociedade se faz inerte perante o reconhecimento do trabalho docente? Trata-se, pois, de um problema histórico que se alastra aos dias hodiernos e que traz como consequência a precarização da formação e valorização desse profissional.

Antes de conhecer essa realidade que consome o professor brasileiro, decidi estudar para ser professora num contexto delicado em que eu estava inserida. Tanto do ponto de vista pessoal como financeiro, eu precisava dar andamento ao meu lado profissional, mesmo sabendo de toda limitação que eu tinha. Mesmo assim, adquiri o diploma de Letras com habilitação em português em uma universidade cujas aulas aconteciam apenas aos sábados. Boa parte dos meus professores possuíam especialização, mestrado e as aulas aconteciam em alguns prédios precários e sublocados; ainda que fosse estadual, a universidade cobrava mensalidade; não dispunha de laboratório, biblioteca, enfim, muitos prédios eram mal estruturados; a prática de alguns professores eram insuficientes para formar futuros professores; já a de outros, muito relevantes, bem aproveitadas do ponto de vista formador.

Com relação ao currículo, todas as disciplinas eram vistas rapidamente sem que houvesse um esgotamento das teorias e das práticas, por causa do tempo breve- cada disciplina era vista em 4 sábados. Sendo assim, na maioria dos casos, cada um que disponibilizasse autonomamente o interesse de aprender sozinho, ampliando a carga horária para aprender mais.

A parte prática, isto é, os estágios para vivenciar a realidade docente era quase inexistente. Congressos, fóruns, bem como outras oportunidades de crescimento acadêmico eram extintas. Apesar desse cenário educacional desfavorável, me formei em letras e com muito orgulho.

Ao sair da condição de discente para a função de docente, analiso com mais criticidade a prática dos professores que passaram por minha vida escolar; e, com o olhar mais humano posso compreender a atuação e situação dos professores brasileiros a partir do que vivenciei e vivencio como educadora/professora de formação que sou.

Ainda sem terminar a graduação, comecei a lecionar e tive o prestígio de tentar aglutinar a teoria vista na universidade com a prática do trabalho docente. Mesmo vivenciando uma correria para conciliar os dois, tive o privilégio de experimentar esse momento e crescer como professora, ainda que no percurso tenha me frustrado várias vezes, porque frequentava a Universidade achando que era uma perda de tempo por causa da matriz curricular a qual se distanciava da realidade do cotidiano.

Com a fama da Universidade que me formei, em muitos casos tive receio de dizer que era formada nela porque sabia que existia desprestígio e preconceito com relação ao status que se tem de adquirir um diploma na universidade pública- isso era um fato para medir a inteligência. Carreguei comigo esse problema por longas datas. Se onde eu me formei tinha uma fama negativa, eu ficava pensando que o fato de escolher a docência e ter me graduado naquela instituição, eu jamais teria acesso ao mercado de trabalho. Foi por isso e outros motivos que senti necessidade de enfrentar outra e qualquer graduação em uma instituição pública. Com o passar do tempo isso foi se desmistificando, pois ao longo da minha prática no mercado de trabalho, fui reconhecendo em mim uma profissional de excelência e que não era a fama ou a má reputação da instituição que determinava o potencial e a capacidade de cada pessoa, mas a própria pessoa como reconhecidora de suas habilidades,

experiências e competências. Entende-se aqui como competências, segundo Fleury e Fleury (2001), em seu artigo escrito na revista de Administração contemporânea:

como conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (isto é, conjunto de capacidades humanas) que justificam um alto desempenho, acreditando-se que os melhores desempenhos estão fundamentados na inteligência e personalidade das pessoas. Em outras palavras, a competência é percebida como estoque de recursos, que o indivíduo detém.

Diante disso, ter competência reflete na atitude que cada sujeito possui ao executar uma função. Já Dias (2010, p.74) abordou na Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional que competência no âmbito educacional diz respeito a uma:

alternativa a capacidade, habilidade, aptidão, potencialidade, conhecimento ou *savoir-faire*. É a competência que permite ao sujeito aprendente enfrentar e regular adequadamente um conjunto de tarefas e de situações educativas.

Sendo assim, consegui desempenhar, mesmo com toda limitação na formação acadêmica, a competência adequada para ensinar, mediar o processo de ensino e aprendizagem. E não só isso, percebi que, em vários momentos do processo de ensino e aprendizagem, meus alunos também desempenhavam ali o papel de aprimorar as competências pré-existentes, ou seja, aprimorar atitudes, pensamentos e o próprio conhecimento.

Com um olhar voltado para os colegas de trabalho e seu exercício na docência, consigo compreender o cenário educacional brasileiro no âmbito político em que estamos inseridos e a nossa condição de professores, no sentido de refletir sobre ele e tentar compreender as circunstâncias desagradáveis que são recorrentes no nosso cotidiano, para por fim, analisar os reais motivos que levam-nos ao desprestígio social.

Ao saber da minha realidade acadêmica e das carências de aprendizagem que tive, decidi fazer pedagogia na Universidade Federal da Paraíba, através do programa Processo seletivo de transferência voluntária-PSTV com objetivo de me aprofundar mais na ciência educacional. Fiquei cursando as duas universidades ao mesmo tempo e trabalhando. Mesmo com o intuito de aprimorar o meu caráter profissional, encontrei várias dificuldades no percurso da minha segunda formação:

conciliar trabalho com estudo; compreender como funcionava o Centro de educação, seus departamentos, funcionários e a função de cada um, bem como entender o papel da coordenação perante os meus anseios; a questão do currículo que possui muitas disciplinas as quais são questionáveis com relação à formação do discente (seminários temáticos, por exemplo), a relação com alguns professores se deu verticalmente, já com outros foi proveitosa, enfim, vários desafios existiram para não permanecer na academia, mas o principal percalço foi o de saber que a educação não é valorizada no país.

Além disso, na própria formação inicial de professores dos cursos de Pedagogia e licenciaturas, percebe-se uma crise do ponto de vista organizacional, estrutural e curricular, isto é, as universidades pararam no tempo com relação aos anseio da pós-modernidade; muitas ainda não formam professores preparados para enfrentar o que existe de real no mercado de trabalho; não há uma formação acadêmica ainda que prepare o professor para lidar com esse cenário tecnológico, digital. Não há, em muitos casos, convergência entre a matriz curricular da academia com a realidade escolar; não há, em algumas instituições, professores formadores de outros professores; muito do que se lê na teoria não dialoga com a prática existente no mercado, sobretudo quando se pensa o espaço privado; além do mais, não se discute na academia o (des) tratamento que os professores recebem mundo a fora.

Em desconformidade com o Projeto pedagógico do curso de Pedagogia-PPC, observa-se o seguinte, como objetivo de formação do curso:

“A Licenciatura Plena em Pedagogia objetiva: contribuir para a formação da consciência crítica dos futuros profissionais da educação; avançar na construção de uma teoria geral da educação; contribuir para a formação de profissionais que tenham condições de assumir a docência no campo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e coordenar experiências pedagógicas em educação formal e não formal.” (PPC, ano 2006)

Nesse sentido, os objetivos previstos no PPC do curso de Pedagogia da UFPB não são atingidos, visto que muitos acadêmicos desse curso, assim como eu, saem das universidades inseguros acerca do seu papel a ser desenvolvido no espaço escolar.

Em várias circunstâncias das minhas formações senti que eu estava estudando, buscando conhecimento e preparação técnica nos lugares inadequados por causa dessa realidade. Por outro lado, tive sorte de encontrar raros professores motivadores que tinham o objetivo de realmente preparar professores para enfrentar o mercado de trabalho. Foi por esses que não desisti e pela minha vontade de crescer na área.

Muitas pessoas questionavam o porquê de eu crescer horizontalmente, em vez de verticalizar meus estudos. Dada a resposta: como eu iria me sentir preparada para atuar em uma área delicada como a educação se minha formação primeira foi precária? Como eu teria a ousadia de fazer um mestrado, doutorado se eu não tinha uma graduação que me possibilitasse ao menos entender o que é um projeto de mestrado? Através dessas perguntas, encontrei inúmeras respostas para continuar na graduação, mesmo reconhecendo em mim um potencial para crescer verticalmente.

Foi por causa dessas indagações que decidi ampliar meus conhecimentos na área educacional em vez de afunilar, ainda que isso economicamente para mim, não fosse a melhor saída. Para mim, o adequado foi expandir os conhecimentos para futuramente afunilá-los, que é outro impasse no nosso processo de formação, já que muitos professores de áreas específicas se fecham dentro da sua área de pesquisa, afunilando assim o seu conhecimento. Isso, conforme MORIN (2011, pág.15), reduz o pensamento complexo para dá vez a um modo de pensar simplista sem haver a transdisciplinaridade, isto é:

[...] os desenvolvimentos disciplinares das ciências não só trouxeram as vantagens da divisão do trabalho, mas também os inconvenientes da superespecialização, do confinamento e do despedaçamento do saber. Não só produziram o conhecimento e a elucidação, mas também a ignorância e a cegueira.

Fiz questão de tardar meus estudos por uma questão de ética, por saber das reais limitações que eu precisar superar pelo menos para estar em sala de aula, compreendendo a dimensão e o sentido que aquele espaço tem para a construção, compreensão e transformação da sociedade.

Ainda que esteja previsto na LDB (1996) a devida permissão ao docente de estar em sala de aula, sabe-se que, para exercer a profissão docente, não somente é importante a questão de ter a licenciatura para validar o exercício da profissão,

mas também envolve inúmeras outras questões tanto de âmbito social, sociológico, pedagógico e epistemológico, como também de ordem pessoal que se alicerçam no fazer docente para sustentar a prática do fazer educativo, logo a essência da profissão.

Nem todo professor, que é formado e atende à lei ao ter a licença para lecionar, possui habilidades e competências no quesito prática pedagógica, uma vez que ensinar, mediar conhecimento não é um exercício que se adquire somente com a aquisição de um título, mas quando se possui experiência, dom, paixão pelo conhecimento e o desejo de contribuir com crescimento de cidadãos; quando se tem sensibilidade para perceber a complexidade do fazer educativo, isto é, nem todos os professores adquiriram a devida disposição e didática necessárias que convirjam com a realidade do educando, isto é, o educador ao se pautar em práticas tradicionais, mecânicas, que evidenciam a falta de técnica para atuar, torna-se desatento à própria realidade.

Somando-se a isso, não são todos os professores que se encontram no mercado de trabalho os quais possuem o desejo de atuar como tal, principalmente, por causa da falta de reconhecimento da profissão, conforme Nóvoa (1999, apud UNESCO, 2004, p.74):

[...] é verdade, também – principalmente nas sociedades mais fortemente marcadas pela exclusão –, que a ele é destinado um lugar socialmente desvalorizado, que lhe confere, tal qual à maioria de seus alunos, condição de excluído.

Isso traz como consequência vários problemas de ordem física, psicológica, social e econômica; muitas vezes, o próprio professor desacredita da sua função visando apenas a sua subsistência, isto é, ensinar se torna um estorvo perante a desvalorização existente. E o que era feito com prazer, passa a ser feito com obrigação ou simplesmente por dinheiro.

Nesse sentido, quando eu me tornei professora, eu tinha uma imagem romântica da profissão; não sabia que, para ser professor, era preciso vivenciar alguns sofrimentos. Foi a partir da experiência vivida, após 9 anos (de 2007 até agora) exercendo a função, que eu entendi como realmente funcionava a prática docente.

Cada episódio, contratempo vivenciado na profissão foram se acumulando, principalmente, com relação ao recebimento de salário, aos descumprimentos das leis trabalhistas, à vulnerabilidade da estabilidade, aos desrespeito por parte dos colegas de profissão, dos alunos, dos gestores e dos pais, aos desgastes físicos e psicológicos, fizeram-me compreender com mais propriedade a essência da profissão aqui no Brasil, em particular, na Paraíba. Foi a partir de algumas frustrações vivenciadas por mim e por colegas de profissão que decidi estudar sobre os porquês desse desprestígio da profissão.

A despeito de tudo disso, existem uma parcela da categoria que traz consigo a necessidade de (re) fazer, de (re) construir cotidianamente suas práticas; de se (re) formar continuamente, a fim de se engajar à atual conjuntura social, no sentido de perceber que a sua prática profissional/técnica interfere positiva ou negativamente na vida do educando, consoante Pimenta (1997, p. 80):

[...] à didática contemporânea compete proceder a uma leitura crítica da prática social de ensinar, partindo da realidade existente, fazendo um balanço das iniciativas de se fazer frente ao fracasso escolar. Além da consideração dos aspectos epistemológicos característicos das áreas de conhecimento que denotam avanços intrínsecos e que colocam novas questões ao ensino, pois dizem respeito a novos entendimentos da questão do conhecimento no mundo contemporâneo, a renovação da didática terá por base os aspectos pedagógicos.

Todas as indagações que eu faço com relação à escolha da profissão se articulam numa mesma resposta: o desejo de ajudar àqueles a construir o próprio caminho; a ter autonomia; a conquistar o próprio sonho. Foi por esses motivos que me levaram a crer que era possível educar, ser professora. Por isso, fiz licenciatura em Letras-Português, na Universidade Estadual Vale do Acaraú, e em seguida vim cursar licenciatura em Pedagogia, na Universidade Federal da Paraíba. Devido à precariedade existente na formação do meu primeiro curso, percebi a necessidade de conhecer mais a ciência da Educação de maneira mais aprofundada. Sendo assim, como a primeira formação foi garantida, eu atuei como professora de português ensinando na educação básica por dez anos. Ingressei no mercado de trabalho ainda no terceiro período do primeiro curso, momento no qual os professores da graduação me incentivaram muito porque viam o potencial-educador

em mim; foi nesse ínterim que fui me autoafirmando e validando cada vez mais a vontade de estar na sala de aula como professora.

Hoje, a minha atuação profissional se revela através de um certo descontentamento com essa realidade na qual estamos inseridos; com isso, aumenta o desejo de buscar outros caminhos para atuar como professora não mais na rede privada de ensino, embora a experiência adquirida nesse percurso profissional tenha me dado bastante conhecimento e sabedoria para lidar com esses desafios.

Então, nessa busca pela formação continuada, percorrerei outros caminhos nos quais apresentarão outros desafios; optarei pela formação continuada acadêmica para atuar no ensino superior na rede pública de ensino.

4. OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA A PESQUISA

Olhar para si como sujeito e objeto da própria pesquisa é um trabalho que demanda mais do que reflexão, introspecção e pesquisa; é partir da autocrítica, da subjetividade, da profissão sem misturar a essência deste trabalho com o aspecto emocional, optando por enfatizar o lado racional, acadêmico de fazer ciência com a própria história de vida profissional, com o ímpeto de compreender-se e entender sobre os fenômenos semelhantes que ocorrem com outrem, levando em consideração não só toda heterogeneidade que existe em cada profissional da educação, mas também as diversas conjunturas que envolvem os atuantes na área de educação. Conforme Josso (2007, p.414):

Esse trabalho de reflexão a partir da narrativa da formação de si (pensando, sensibilizando-se, imaginando, emocionando-se, apreciando, amando) permite estabelecer a medida das mutações sociais e culturais nas vidas singulares e relacioná-las com a evolução dos contextos de vida profissional e social.

Ainda que a academia reconheça outros métodos de pesquisa mais aceitáveis, por isso tradicionais, vários teóricos apontam que existe também a importância de se ter a subjetividade, a autobiografia, a biografia como elementos que produzem ciência e, por serem tão complexos, colaboram para a compreensão de fenômenos associados ao humano individual e social. Nessa perspectiva, Bueno (2002, p. 17) afirma que o caminho biográfico apresenta-se como opção e alternativa para fazer a mediação entre as ações e a estrutura, ou seja, entre a história individual e a história social.

Josso (2007, p. 415) reitera afirmando que:

Trabalhar a questão da identidade, expressões de nossa existencialidade, através da análise e da interpretação das histórias de vidas escritas, permite colocar em evidência a pluralidade, a fragilidade e a mobilidade de nossas identidades ao longo da vida.

Sendo assim, alternar o uso da primeira pessoa do singular com o uso da terceira pessoa do plural é um processo que envolve um trabalho árduo e ao mesmo tempo intrigante do ponto de vista acadêmico, pois a própria academia não enfatiza a subjetividade humana, mas sim os aspectos objetivos que dela podem

surgir. Por isso que entender a si mesma e aos outros a partir de uma realidade profissional em comum é um desafio pessoal, posto que se trata de um tema relevante para a sociedade no sentido de refletir, discutir e diagnosticar quais os fatores que levam o profissional da educação enfrentar tão precária realidade.

Um dos caminhos escolhidos pelo presente estudo perpassa pela minha história de vida profissional e de outros professores que estão em atividade docente. Além do referencial teórico o qual sustenta o tema da pesquisa, para obter a veracidade do que ocorre na realidade do educador acerca dos inúmeros motivos que os levam à falência profissional, ao frequentar seu ambiente de trabalho, foi feito um questionário quali e quantitativo para fazer o diagnóstico da realidade vivida pelos docentes no que concerne às motivações e desmotivações e os aspectos que se atrelam a elas reforçando-as. Tais dados obtidos através dos questionários foram transformados em gráficos de “pizza” para trazer mais clareza aos resultados, pois segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 166), o rigoroso controle na aplicação dos instrumentos de pesquisa é fator fundamental para evitar erros e defeitos. Além disso, Marconi e Lakatos (2003, p.168) reforçam que:

Na análise dos dados, o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas. Estas são comprovadas ou refutadas, mediante a análise.

Isso enfatiza o quanto o aspecto quantitativo da pesquisa se pauta em dados os quais tentam explicar o que ocorre na realidade da prática docente e como as respostas obtidas reforçam como ela tem sido um entrave na vida de muitos profissionais que abraçam a profissão cotidianamente.

A inquietação sobre a temática deste trabalho surgiu em minha experiência docente como professora de português, bem como no contato com outros professores da educação básica. Por isso, elegemos como sujeitos de nossa pesquisa professores de língua portuguesa que encontram-se em atuação em diversas escolas de João Pessoa que trabalham e já trabalharam comigo.

A aplicação dos questionários se deu através de e-mails direcionados para 15 professores de português que trabalham tanto na rede pública, como na rede privada ensino e um questionário foi respondido pela autora deste trabalho, que é

professora de português também. No questionário, foram feitas várias perguntas de aspectos sócio-econômico-cultural, demográficos, ambiente e condições de trabalho, saúde física e mental. Porém, foram destacadas apenas as perguntas que estão atreladas ao objetivo geral desta presente pesquisa.

Os questionários foram respondidos por oito mulheres e oito homens, todos moram em João Pessoa-PB e lecionam a disciplina de Língua Portuguesa. Não houve nenhum critério para a escolha da quantidade de professores com relação ao gênero, apenas foram escolhidos devido a relação profissional com a autora deste trabalho.

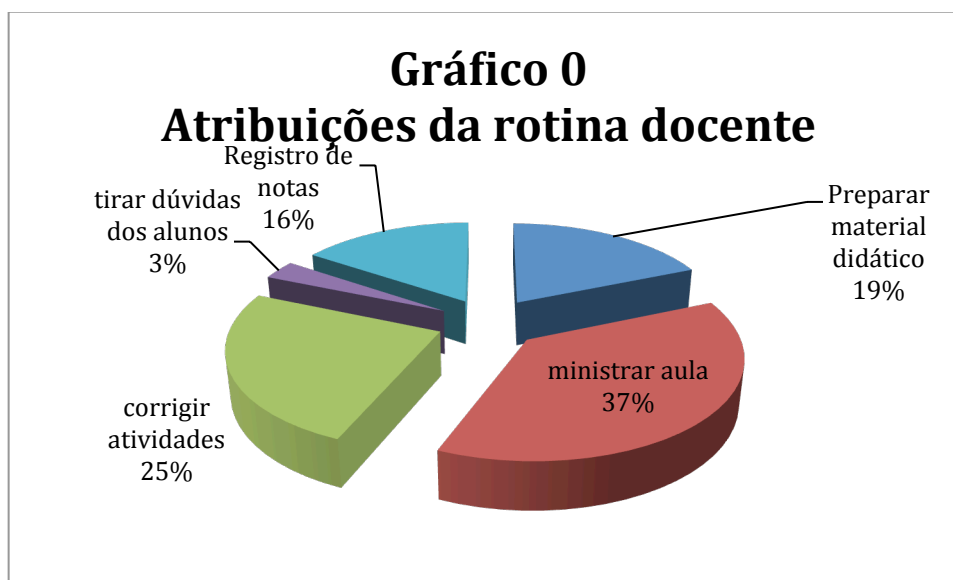
Aqui, esses professores terão as identidades preservadas, como se prevê na Resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde- CNS, artigo 2, item XIX:

privacidade: direito do participante da pesquisa de manter o controle sobre suas escolhas e informações pessoais e de resguardar sua intimidade, sua imagem e seus dados pessoais, sendo uma garantia de que essas escolhas de vida não sofrerão invasões indevidas, pelo controle público, estatal ou não estatal, e pela reprovação social a partir das características ou dos resultados da pesquisa.

Ainda sobre os perfis dos colaboradores desta pesquisa, com relação ao nível acadêmico, observa-se que 4 deles possuem mestrado; 3 possuem especialização *lato sensu* e 1 possui graduação. Das professoras que contribuíram, 2 possuem mestrado, 3 especialização e 3 possuem graduação. Sobre a atuação desses profissionais, 3 professores ensinam na rede pública e privada de ensino e 6 dos pesquisados trabalham diretamente na rede privada de ensino.

No que diz respeito ao número de estabelecimento onde lecionam variam: 2 professores lecionam em 1 estabelecimento; 1 professor trabalha em 2; 3 professores trabalham em 4 e apenas 1 trabalha em mais de 5 estabelecimentos de ensino. Já as professoras, 1 trabalha em um estabelecimento; 3 trabalham em dois lugares; 2 trabalham em 3; 1 trabalha em 4 lugares e apenas 1 trabalha em 5 escolas.

Sobre os diversos afazeres do professor, tem-se que, conforme dados recolhidos pela autora desta pesquisa, 60% dos professores trabalham mais fora da sala de aula do que nela. Apenas 40% desse trabalho é feito em sala de aula, isto é, 37% dos docentes pesquisados, em seus afazeres, ministram aulas na escola e 3% desse trabalho é representado como um momento entre professor/aluno.



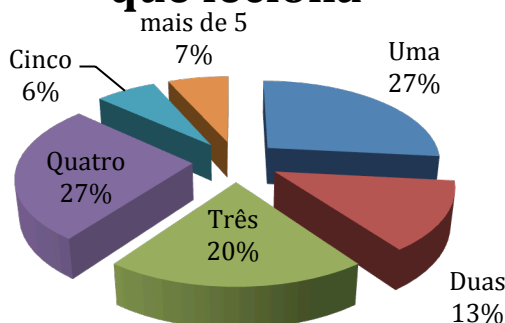
Fonte: Dados coletados pela autora do presente estudo (2017)

Nesse aspecto, percebe-se o quanto a rotina docente requer desse profissional um trabalho exaustivo, visto que ele trabalha muito tanto no espaço escolar como também fora dele, em contrapartida, seu salário é inversamente proporcional ao que se trabalha, isto é, quanto mais atribuições o educador tem em seu cotidiano, menor é sua qualidade de vida, menor tempo para usufruir do salário que recebe, visto que a rotina o consome e não lhe sobra tempo para viver com qualidade. Além disso, para atender toda essa demanda, no que concerne à jornada de trabalho semanal da maioria dos professores pesquisado, superam as 40 horas/aulas semanais, apenas 2 têm carga horária abaixo de 40h por semana.

Outros aspectos presentes neste estudo revelam que a maioria dos professores precisam atuar em vários *lôcus* de trabalho, conforme a figura abaixo (gráfico1). Ela aponta que 73% dos 16 professores estão trabalhando em mais de uma escola, mostrando que o professor da rede de ensino privado e público precisa estar em vários lugares para complementar seus salários:

Gráfico 1

Número de estabelecimentos em que leciona



Fonte: Dados coletados pela autora do presente estudo (2017)

Nesse sentido, percebe-se que o professor precisa estar trabalhando em vários lugares para aumentar sua remuneração, logo a demanda de trabalho aumenta e é proporcional ao número de estabelecimentos nos quais eles trabalham. Isso reflete na qualidade na prática desse professor, visto que o professor fica impossibilitado de refletir criticamente acerca do papel que ele está desempenhando, ação que, para Perrenoud (2002, p.39) não deve se automática:

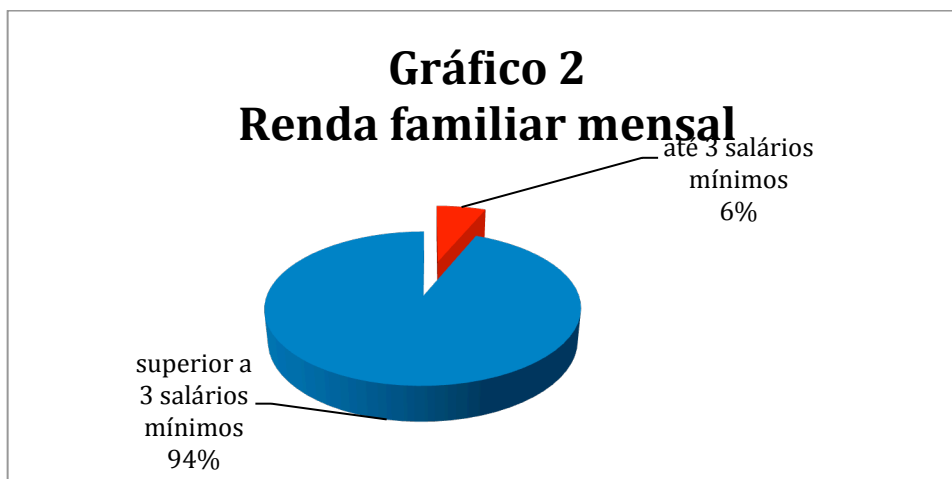
Não somos conscientes de todos os nossos atos e, acima de tudo, não temos consciência de que nossos atos seguem estruturas estáveis. Muitas vezes, a falta de uma consciência clara é “funcional: nossos esquemas nos permitem agir de modo imediato, quase no piloto automático, o que é mais econômico psiquicamente, pelo menos enquanto não nos depararmos com nenhum obstáculo não-habitual.

Sendo assim, muitos de nós, professores, trabalhamos demasiadamente em vários lugares sem levarmos em consideração a reflexão crítica acerca da nossa natureza profissional; muitas vezes, agimos de maneira automatizada tendo como ponto de partida o atendimento às pressões que surgem através de cobranças, revelando, em nós, um profissional que não dispõe de tempo para pensar acerca do nosso fazer docente. Essa reflexão só passa a existir, quando somos surpreendidos, por exemplo, com uma possível demissão, uma situação-limite que nos leva a falhar e a perder o emprego.

Nesse contexto, acima, percebemos que todos esses esforços são levados em conta pelo professor, a fim de que haja a complementação dos salários. É raro professores trabalharem com exclusividade em alguma escola, posto que o salário oferecido não supre as necessidades do professor. De fato o profissional da educação é aquele que trabalha mais e que recebe menos em relação a outras profissões.

Dados elaborados pelo presente estudo revelam que, com relação aos salários, os professores pesquisados neste trabalho, possuem renda familiar superior a 3 salários mínimos (R\$ 2.811,00, tendo como base o salário mínimo vigente em 2017, que é de R\$ 937,00). Demonstrando que as diversas jornadas refletem significativamente no ganho mensal e que não são suficientes para manter a subsistência do professor, tampouco essa remuneração garante a formação continuada, visto que muitos profissionais pagam autonomamente sua formação continuada para ascender na profissão.

Como se vê na figura (gráfico 2) a seguir, 94% dos professores ganham pouco para as atividades que desenvolvem dentro e fora da escola. Levando a crer que o salário é, de fato, um dos fatores que mantém o profissional motivado ou não a trabalhar. Pelo fato de o salário não ser condizente com a carga laborativa do professor, a qualidade desse trabalho é reduzida dos pontos de vista pedagógico, físico e psicológico. Pedagógico porque o professor não tem ânimo e nem dispõe de tempo para elaborar aulas interessantes, criativas para seus alunos, principalmente, porque os discentes também são um dos responsáveis por não dispensar ao professor o devido reconhecimento; físico, porquanto o professor sofre com a violência que é dispensada a ele, bem como as doenças que acometem sua saúde e, por fim, o fator psicológico, pois o professor se vê num quadro opressor, quando percebe que sua profissão não tem sentido numa conjuntura social que despreza seu trabalho, levando-o a um grande conflito ao repensar sua estada na profissão.

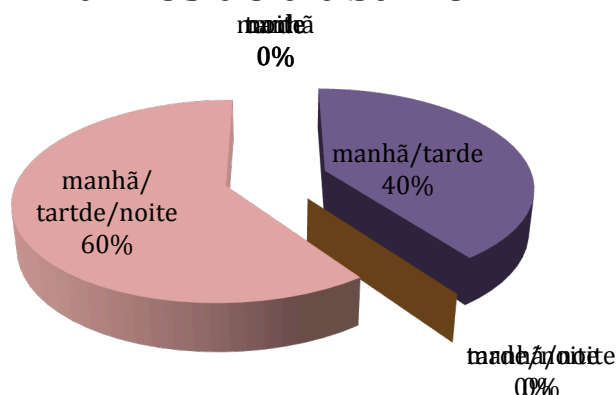


Fonte: Dados coletados pela autora do presente estudo (2017)

Sendo assim, o salário é fruto do esforço profissional. Então, percebe-se que o estigma relacionado ao professor com relação aos rendimentos é estarrecedor, sobretudo, quando ele sofre com os excessos da demanda de trabalho, com as pressões da escola, com a violência física, com a falta de valorização, enfim, tudo isso tem como consequência grave a falta de qualidade de vida deste profissional.

A respeito dos turnos (gráfico 3) trabalhados pelos docentes, 60% dos 16 professores pesquisados trabalham nos três turnos e muitos não recebem hora/extra e nem adicional noturno. Conforme os dados, 6 trabalham durante o período da manhã, da tarde e da noite; apenas 2 trabalham nos períodos manhã e tarde. Com relação às professoras, 3 trabalham nos três períodos e 4 delas trabalham apenas nos períodos matutino e vespertino e apenas 1 trabalha no período matutino. A carga horária excessiva compromete a saúde do professor levando-os ao stress, a fadiga e à estagnação profissional.

Gráfico 3 Turnos de trabalho



Fonte: Dados coletados pela autora do presente estudo (2017)

Somando-se a isso, o gráfico não aponta o trabalho extraclasse que o professor possui - quando este leva os trabalhos para corrigir em casa, por exemplo, envolvendo aí não somente os dias úteis de trabalho, como também é uma realidade que toma o final de semana, que seria para descanso e/ou lazer. Na Convenção coletiva de trabalho 2016-2018, do SITEENP, cláusula 7 (p.13-14), parágrafos 2 e 3, revela que:

“Parágrafo 2º: Fica assegurado que o professor terá direito a 10% sobre as aulas dadas, a título de atividade extraclasse (correção de avaliações, elaboração de aulas e atualização).
Parágrafo 3: O salário do professor é composto multiplicando-se o valor da hora aula pela carga horária e pelo fato 5,78. Nesta fórmula estão incluídos o repouso semanal remunerado e a atividade extraclasse.”

Diante dos valores mensurados pela Convenção coletiva de 2016 a 2018 do SINTEENP, percebe-se que o sindicato dos professores da Paraíba, da rede privada de ensino não colabora e nem reivindica aumento com relação ao cálculo estabelecido, uma vez que ele se engessou ao longo das convenções e não houve aumento nessa variável de 5,78. Contribuindo, assim, para a desmotivação do profissional da educação em permanecer na profissão sem perspectivas de progressões salariais.

Outro fator que se leva em consideração acerca do aspecto salarial do professor, diz respeito ao real valor da hora aula pago. Muitos de nós, ao recebermos nossos salários, são contabilizados formalmente valores inferiores ao recebido, visto que os impostos pagos pelo empregador são sonegados, no sentido de haver a notificação na carteira profissional de trabalho um valor inferior ao que foi pago.

Isso é um grave problema porque o professor sofre alguns danos de ordem moral, ao necessitar de comprovar seus rendimentos para a aquisição de um bem, ele fica à revelia, visto que o educador não tem como comprovar o real valor recebido. Sendo assim, é frequente a prática dos empregadores em sonegar impostos, ao não pagar o real valor da hora aula na carteira de trabalho no momento do contrato de trabalho. Ainda que a hipótese levantada no gráfico 4 revelem um número de apenas 25% dos profissionais, sabe-se que essa é uma prática constante sobretudo nas escolas da rede privada de ensino, onde o lucro em detrimento do trabalho do professor é maior. Mas, neste estudo, 75% do pesquisados revelaram que o valor recebido é fidedigno ao valor anotado na carteira profissional.



Fonte: Dados coletados pela autora do presente estudo (2017)

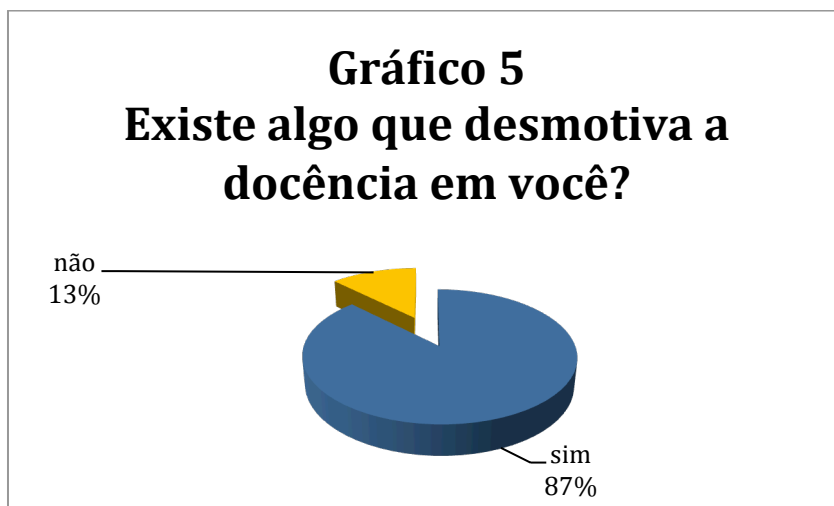
Ainda a respeito dos dados do gráfico 4, no processo de rescisão de contrato, muitos professores, que trabalham em escolas da rede privada de ensino, recebem verbas rescisórias “extras” que não estão contabilizadas formalmente na carteira de trabalho, como se fosse uma rescisão a parte, já que o valor expresso na carteira não condiz com o valor líquido recebido por fora. Isso é uma forma de o empregador atenuar seus custos em cima de cada profissional contratado. Além disso, muitos impostos que deveriam ser recolhidos com “valor cheio” deixam de ser arrecadados

devido à falta de registro formal com o valor real recebido, reduzindo, assim, as verbas rescisórias docentes, havendo a sonegação de impostos indiretamente, como se prevê na Lei 4.729/1965:

“Art.1º Constitui crime de sonegação fiscal:

I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei; II - inserir elementos inexatos ou omitir, rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública; III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública; IV - fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis. V - Exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário da paga, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida do imposto sobre a renda como incentivo fiscal. Pena: Detenção, de seis meses a dois anos, e multa de duas a cinco vezes o valor do tributo (BRASIL, 1965).”

Neste cenário em que se encontram os docentes, tanto das redes privada e pública, muitos se encontram desmotivados na sua profissão, conforme é apresentado no gráfico 5. A maioria dos professores se encontram desmotivados, isto é, 85% dos pesquisados se veem desanimados em exercer sua profissão frente aos inúmeros desafios listados no capítulo 1 desta pesquisa: falta de condições de trabalho, falta de reconhecimento social da profissão, falta de boa remuneração com relação aos trabalhos desempenhados, a questão da saúde, da violência dispensada ao educador, bem como outras razões de cunho financeiro e trabalhistas, são fatores elencados como desmotivadores para a permanência do professor em sala de aula.

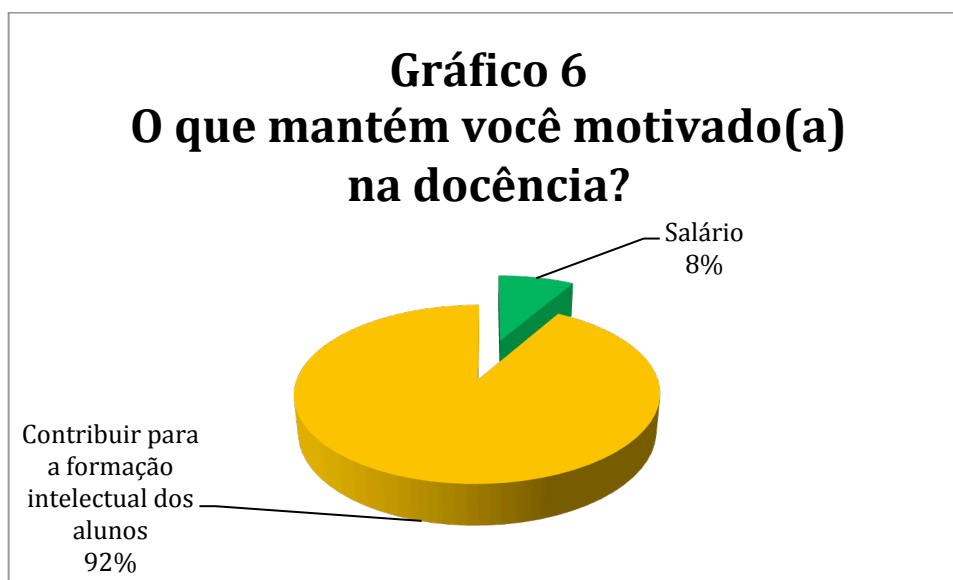


Fonte: Dados coletados pela autora do presente estudo (2017)

Sendo assim, percebe-se que, futuramente, os danos à sociedade, sobretudo, nos aspectos econômicos, terão impactos negativos e letárgicos, visto que a atuação desse profissional no sentido de preparar cidadãos, para ingressarem no mercado de trabalho, é fator preponderante.

Por outro lado, um dos únicos fatores que mantém o professor atuando na profissão diz respeito à questão da contribuição que se dispensa aos discentes. Conforme se vê no gráfico 6, o salário é um dos impasses que o professor enfrenta para se manter motivado na docência.

O que se observa neste estudo é que a motivação de preparar outras pessoas para ingressar no meio acadêmico, em seguida, no mercado de trabalho com a devida excelência, segurança e competências, faz do professor um profissional importante na condução do saber, na construção de uma sociedade justa e igualitária; assim como ele é responsável diretamente pelo desenvolvimento de uma nação.



Fonte: dados coletados pela autora do presente estudo (2017)

Nesse sentido, ao entender sobre essa motivação expressa no gráfico 6, nos apoiamos em Cortela (2014, p.118) que ao abordar sobre motivação e desmotivação docente discorre afirmando que:

[...] há trabalhos- no sentido mais amplo do termo, que inclui empregos, atividades, ocupações- que acabam por motivar negativamente e isso chamamos de desmotivação. Porque proporciona uma emoção ruim da qual se quer escapar. Um sintoma muito comum desse estado é quando a pessoa não quer levantar de manhã para trabalhar. Fica pensando em todas as desculpas possíveis ou até desejando que haja algum problema que a impeça de chegar àquele lugar. Estar motivado, portanto, é ser sensibilizado, tocado por algo. Se for positivo, eleva. Se for negativo, o desejo é de escapar daquela situação.

Por fim, as questões discutidas neste trabalho acerca da motivação e desmotivações que o professor possui diante do seu trabalho diz respeito à realidade que todos nós nos encontramos ao atuarmos na nossa profissão. Por isso, Cortela (2014, p.119) afirma que: “Sem deixar de ser uma profissão, a atividade docente exige a percepção de um propósito. As pessoas que têm a dificuldade de olhar a Educação Escolar como algo mais do que uma mera fonte de renda precisam deixar essa atividade”, ou seja, é preciso observar a docência como uma profissão e como um trabalho que se desenvolve com propósitos, finalidades que estão além do fazer pedagógico, visando a transformação de pessoas para interferir positivamente na sociedade. Caso haja divergência de propósito entre educador e

sua prática, é preciso que ele repense sua estada na profissão, a fim de se realizar como pessoa, logo, como profissional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho observou que, de fato, existem bastantes desmotivações na vida de professores, conforme foram apontadas pelos pesquisados deste estudo: *“desrespeito dos alunos, falta de disciplina, pouca cobrança das coordenações com relação a isso”*

“desinteresse dos alunos”

“falta de interesse dos alunos e educação familiar dos alunos e os baixos salários pagos”

“a desvalorização da educação na sociedade”

“o desgaste e a carga horária dos trabalhos que devem ser realizados em casa, a falta de valorização da docência, uma vez que, no meu entendimento, os gestores de escola não consideram as condições de trabalho dos seus professores, em muitos casos, isso se traduz numa relação abusiva com cobranças e exigências, que ultrapassam a carga horária remunerada fazendo o professor se responsabilizar e desenvolver projetos extras e eventos festivos”

“a desvalorização do profissional quanto ao salário”

“A desvalorização dos docentes ainda é o maior problema que enfrentamos. Isso pode ser visto com relação à questão salarial, à falta de respeito em nosso ambiente de trabalho”

“Em instituição privada de ensino, muitas vezes, exigem do docente algo que não pode ser ofertado, por falta de tempo, como aula extra e maior dedicação aos processos”

“A desvalorização profissional, pois acarreta numa sobrecarga de trabalho, interferindo negativamente no tempo de estudo do professor”

“A falta de participação de alguns pais, quanto à educação de seus filhos”

“O desinteresse dos alunos no que se refere à motivação para estudar”

“a burocratização do ensino, além do aspecto indisciplinar que, a cada dia, corrói o sistema educacional brasileiro”

“A falta de entendimento/conhecimento dos gestores em relação à realidade de sala de aula e ao trabalho necessário do professor (imposição de material didático e limitação de tempo e condições para aulas mais dinâmicas)”

“O desinteresse dos alunos”

“Não há nada que me desmotive na docência”

Nesse sentido, espera-se que, com esse estudo, os membros da academia contemplem os impasses que existem na vida do docente já atuante e passe a refletir, a repensar e reconstruir, no processo de formação do professor, um Plano de Curso que vise a questão dos desafios existentes na profissão no que concerne à prática, bem como trazer inovações para os curso de licenciaturas que coadunem com o exercício prático do docente; que sejam fomentadas mais aulas experimentais e teóricas concomitantemente, no sentido de o professor adquirir mais primazia nas experiências para atuar no mercado.

Outro aspecto importante a ser pontuado, trata-se da questão salarial do professor que deve ser repensada com relação à demanda de trabalho existente. Políticas já existentes como o Plano Nacional de Educação devem ser enfatizadas, no sentido de dar ao professor o direito de ser revalorizado na sociedade brasileira. Em se tratando de uma profissão relevante para a formação de outros profissionais, é importante desconstruir a ideia de que a educação não evolui no Brasil, visto que são formados, por ano, vários profissionais que atuam no mercado, colaborando com a economia do país. Porém, sabemos que são necessários político honestos, mais comprometidos com as causas coletivas, para que os investimentos existentes sejam bem gerenciados, a fim de que haja o desenvolvimento nesse setor.

Além disso, a questão da rotina do profissional da educação deve bem fiscalizada pelos sindicatos, pois muitos professores atuam na áreas sem as devidas condições de trabalho, sem os recursos necessários para se desenvolver profissionalmente; com também, sofrem assédios, preconceitos os quais colaboram para fragilizar a autoestima deste profissional, muitas vezes, levando-o a adquirir doenças.

Outro ponto importante diz respeito à preservação da saúde do professor, trata-se da qualidade de vida que, muitas vezes, os professores não possuem, pois suas cargas horárias são exaustivas, ultrapassando as 40h/semanais, muitos trabalham mais de um expediente para complementar seus salários, como também trabalham nos finais de semana. Tudo isso, são fatores que cooperam para que não haja uma prática educacional de qualidade. Possibilitando, assim, uma possível escassez desse profissional para formar cidadãos, pois muitos se afastam dos seus afazeres para cuidar da própria saúde, que se vê, cada vez mais, estagnada no decorrer do seu trabalho.

Ademais, espera-se que se reduza a violência contra o professor. Muitos são desrespeitados na própria escola, onde na verdade esse professor deveria receber o devido reconhecimento pelo que se propõe a fazer na vida dos discente. É urgente que os números altos presentes nas estatísticas sobre violência contra o professor, sejam reduzidos através de políticas de segurança desenvolvidas pela União, Estados e municípios, a fim de preservar a moralidade e integridade do professor.

6. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Andreza. **Salários docentes, financiamento e qualidade da educação no Brasil**. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000200009, acesso em 8 mai. 2017.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10224.htm>. acesso em 22 mai. 2017.

BRASIL, **Decreto nº 4.729, de 2003, Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4729.htm>, acesso em 22 mai. 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Diário Oficial 23 dez 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em 22 mai. 2017.

CONVENÇÃO coletiva de trabalho 2016-2018. Sindicato dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino privado do estado da Paraíba- SINTEENP

CORTELA, Mario Sérgio. **Educação escola e docência: novos tempos, novas atitudes**. São Paulo: Cortez, 2014

Dias, Isabel Simões. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 14, Número 1, Janeiro/Junho de 2010: 73-78

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. **Construindo o conceito de competência** .

Disponívelem:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552001000500010>, acesso em 20/05/17

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. GOUVEIA, Andrea Barbosa. BENINI, Élcio Gustavo. **Remuneração de professores no Brasil: um olhar a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/a05v38n2.pdf>, acesso em 22/05/17

FREIRE, Paulo (1998). **Pedagogia do oprimido**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez,. 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994

LIMA, Maria de Fátima Evangelista Mendonça; FILHO, Dario de Oliveira Lima. **Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212009000300006>, acesso 29/05/17

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade**: os sete saberes e outros ensaios/Edgar Morin/ Maria da Conceição de Almeida, Edgard de Assis Carvalho (orgs.). 4 ed. São Paulo. Cortez: 2007

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 11 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2006.

MATHIAS, Amanda Cordeiro. **Currículo oculto x currículo formal**: práxis pedagógica e a formação do educador .Disponível em:<<http://www.efdeportes.com/efd161/curriculo-oculto-x-curriculo-formal.htm>>, acesso em 22/05/17

NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso. **Dos direitos trabalhistas do profissional de ensino** (Docente) Disponível em: <<http://www.editoraforum.com.br/ef/wp-content/uploads/2016/10/Dos-direitos-trabalhistas-do-profissional-de-ensino.pdf>>, acesso em 22/05/17

OCDE. **Education at a glance**, 2014 . Disponível em: <https://www.oecd.org/edu/Brazil-EAG2014-Country-Note-portuguese.pdf>, acesso em 22/05/17

OMS/WHO. **Constituição da Organização Mundial da Saúde** (OMS/WHO) - 1946 Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>>, acesso em 29/05/17

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício do professor**: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre. Artmed Editora 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores** - saberes da docência e identidade do professor R. Fac. Educ., São Paulo, v.22, n.2, p.77-89, jul/dez/1996

RETRATOS DA ESCOLA / Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce) – v.6, n.11, jul./dez. 2012. – Brasília: CNTE, 2007. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/images/stories/2017/revista_esforce_n.19_jul_dez_2016_final_web.pdf>, acesso em 8/5/17

RESUMO das principais tendências pedagógicas. Disponível em: <https://www.scribd.com/doc/97027304/RESUMO-DAS-PRINCIPAIS-TENDENCIAS-PEDAGOGICAS>, acesso em 8/05/17

Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>, acesso em 08/05/17

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas**. VARKITZIS, Ulisses (org.) Disponível em: <https://www.scribd.com/document/242744004/HISTORIA-DAS-IDEIAS-PEDAGOGICAS-NO-BRASIL-pdf>, acesso em 8/05/17
BRASIL, Consolidação das Leis trabalhistas, 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>, acesso em 22/05/17

UNESCO. O Perfil dos professores brasileiros : o que fazem, o que pensam, o que almejam — / Pesquisa Nacional UNESCO, – São Paulo : Moderna, 2004 Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001349/134925por.pdf>, acesso em 8/05/17

UFPB. Centro de Educação. **Projeto político pedagógico do curso de Pedagogia**. João Pessoa: UFPB/CE, 2006. Disponível em: <<http://www.ce.ufpb.br/ce/ppp1.html>>. Acesso em 26/02/2012

Em: http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v14_3/m253.pdf, 20/06/17

7. APÊNDICES

QUESTIONÁRIO

PREZADO (A) PROFESSOR (A),

O presente questionário destina-se a caracterizar o perfil, a atividade profissional e os principais problemas relacionados ao exercício do professor (a) no uso de suas funções laborais.

As questões a seguir contemplam informações sobre: aspectos sócio-econômico-cultural, demográficos, ambiente e condições de trabalho, saúde física e mental. A qualidade das informações obtidas em muito contribuirão para esta pesquisa desenvolvida no curso de Pedagogia da UFPB, centro de educação.

Desde já agradeço a colaboração. Informo-lhe que serão assegurados o sigilo de identidade e a privacidade de dados confidenciais na pesquisa. Vale ressaltar que o desenvolvimento desta pesquisa respeitará, em todo o seu processo de execução, as diretrizes e normas que regulamentam a pesquisa com seres humanos, de acordo com a Resolução nº. 196/96 do CNS - Conselho Nacional de Saúde.

Desirée Andressa Fabião Araújo Vieira

Em cada questão abaixo assinale com um X a sua opção, em algumas questões você poderá marcar vários aspectos.

Nome:

QUESTÕES:

1. SEXO:

☐ Feminino ☐ Masculino

2. ESTADO CIVIL:

☐ Solteiro(a) ☐ Divorciado (a) ☐ Viúvo (a)

☐ Casado (a) ☐ Desquitado (a)

☐ Outros* _____

3. FAIXA ETÁRIA:

☐ até 25 anos ☐ de 41 a 45 anos

☐ de 26 a 30 anos ☐ de 46 a 50 anos

☐ de 31 a 35 anos ☐ acima de 50 anos.

☐ de 36 a 40 anos

4. CIDADE ONDE MORA:

5. CIDADE ONDE TRABALHA:

6. NATUREZA DA INSTITUIÇÃO EM QUE TRABALHA:

- ☐ Ensino público ☐ Ensino público e privado
☐ Ensino privado

7. FORMA DE DESLOCAMENTO CASA-LOCAL DE TRABALHO:

- ☐ transporte coletivo ☐ automóvel ☐ motocicleta
☐ Bicicleta ☐ a pé ☐ Outra

8. NÚMERO DE FILHOS QUE VOCÊ POSSUI:

9. NÍVEL DE ESCOLARIDADE:

- ☐ Ensino Médio ☐ Mestrado ☐ Especialização Lato-Sensu
☐ Graduação ☐ Doutorado ☐ Outro: _____

10. PERTENCIMENTO ÉTNICO COR/RAÇA, CONFORME IBGE

- ☐ Branca ☐ Negra ☐ Amarela ☐ Indígena

11. QUAIS SÃO SUAS FORMAS DE LAZER?

- ☐ Cinema ☐ Assistir a filmes ☐ Fazer compras
☐ Teatro ☐ Estar com a família ☐ Ler
☐ Clube ☐ Trabalhos Manuais ☐ Dançar
☐ Ouvir música ☐ Ir a Shopping ☐ Computador/Internet
☐ Assistir TV ☐ Praticar Esportes ☐ Outra: _____

12. TEMPO QUE LECIONA:

- ☐ inferior a 2 anos ☐ entre 6 e 10 anos ☐ entre 16 e 20 anos
☐ entre 2 e 5 anos ☐ entre 11 e 15 anos ☐ superior a 21 anos

13. SUA JORNADA DE TRABALHO SEMANAL COMO PROFESSOR (A)
(HORAS/SEMANA):

- ☐ Até 20 ☐ De 20 até 40 ☐ Acima de 40

14. NÍVEIS DE ENSINO EM QUE VOCÊ LECIONA:

- ☐ Ensino Médio
☐ Ensino Fundamental II
☐ Cursos Preparatórios ou Livres
☐ Cursos Profissionalizantes

- ☐ Educação de jovens e adultos – EJA
☐ Outros: _____

15. EM QUANTOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO VOCÊ LECIONA?

- ☐ Um ☐ Dois ☐ Três
☐ Quatro ☐ Cinco ☐ Superior a Cinco

16. EM QUAIS TURNOS VOCÊ TRABALHA?

- ☐ Manhã ☐ Manhã ☐ Tarde/noite
☐ Tarde ☐ Manhã/tarde ☐ Manhã/tarde/noite
☐ Noite

17. VOCÊ EXERCE OUTRA ATIVIDADE PROFISSIONAL ALÉM DA DOCÊNCIA?

- ☐ Sim ☐ Não

18. SE A RESPOSTA ANTERIOR FOR SIM, RESPONDA A ESTA QUESTÃO:
QUAL A SUA CARGA HORÁRIA SEMANAL EM OUTRA ATIVIDADE PROFISSIONAL?

- ☐ Até 10 h ☐ de 21 a 30 h ☐ acima de 40 h
☐ de 11 a 20 h ☐ de 31 a 40 h ☐

19. QUAL A SUA FAIXA DE RENDA FAMILIAR, MENSAL?

- ☐ até 3 salários mínimos ☐ superior a 3 salários mínimos

20. QUAL O TIPO DE VÍNCULO TRABALHISTA VOCÊ MANTÉM COM A INSTITUIÇÃO EM QUE TRABALHA:

- ☐ Efetivo ☐ Contratado ☐ prestador de serviço
☐ Outro _____

21. QUAL É O NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA NA (S) ESCOLA(S) EM QUE ATUA?

- ☐ Até 25 alunos ☐ De 30 a 35 alunos ☐ Acima de 40 alunos
☐ De 25 a 30 alunos ☐ De 35 a 40 alunos

22. QUANTO A HORA AULA PAGA:

- ☐ O registro feito na sua carteira de trabalho é de mesmo valor?
☐ É alterado para menos?

23. EXISTE ALGO QUE DESMOTIVA VOCÊ NA DOCÊNCIA? SE SIM, O QUÊ?

24. O QUE MANTÉM VOCÊ MOTIVADO (A) NA DOCÊNCIA?

25. POR QUE VOCÊ OPTOU PELA DOCÊNCIA? HOUVE ALGUMA INFLUÊNCIA?

26. VOCÊ PRETENDE PERMANECER NA PROFISSÃO ATÉ SE APOSENTAR OU PENSA EM MIGRAR PARA OUTRO RAMO? SE SIM, QUAL?

27. VOCÊ PARTICIPA DE CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL?

- ☐ Somente quando são cursos gratuitos
- ☐ Promovidos pela instituição
- ☐ Com recursos financeiros próprios
- ☐ Custeados pela instituição
- ☐ Somente em horário de trabalho
- ☐ Somente cursos autorizados pela instituição
- ☐ Não participo por falta de tempo
- ☐ Não participo por falta de recursos financeiros
- ☐ Não participo por falta de interesse

28. VOCÊ JÁ FICOU AFASTADO (A) DA ATIVIDADE PROFISSIONAL POR PROBLEMAS DE SAÚDE OCUPACIONAL?

☐ Sim QUAL FOI A DOENÇA? _____ ()
Não

29. SE A RESPOSTA ANTERIOR FOR AFIRMATIVA INFORME POR QUANTO TEMPO:

- | | | |
|---|--|---|
| <input type="checkbox"/> Até 1 mês | <input type="checkbox"/> De 2 a 3 meses | <input type="checkbox"/> De 3 a 6 meses |
| <input type="checkbox"/> De 6 a 9 meses | <input type="checkbox"/> De 9 a 12 meses | Superior a 1 ano |

30. A INSTITUIÇÃO EM QUE VOCÊ TRABALHA TEM UMA POLÍTICA DE INCENTIVO À CARREIRA DOCENTE? QUAL?

☐ Sim ☐ Não

31. VOCÊ JÁ ESTEVE EM SITUAÇÃO DE DESVIO DA FUNÇÃO DOCENTE?

☐ Sim ☐ Não

32. POR QUANTO TEMPO?

33. POR QUE MOTIVO?

34. ESPECIFIQUE TODAS AS SUAS ATRIBUIÇÕES DE SUA ROTINA DIÁRIA DE TRABALHO NA ESCOLA:

35. CASO JULGUE NECESSÁRIO, UTILIZE O ESPAÇO ABAIXO PARA APRESENTAR SUGESTÕES OU COMPLEMENTAR INFORMAÇÃO:

TERMO DE COMPROMISSO

CESSÃO DE DIREITOS DAS RESPOSTAS PRESENTES NO QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL DO PROFESSOR DE PORTUGUÊS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB PARA PUBLICAÇÃO DE DADOS NA MONOGRAFIA.

Pelo presente documento, eu, _____,
Brasileiro (a), _____, professor (a), residente e domiciliado
(a) Rua: _____, Bairro _____,
Cidade _____.

Declaro ceder à pesquisadora Desirée Andressa Fabião de Araújo Vieira, brasileira, casada, residente e domiciliada em João Pessoa, Paraíba, aluna do Programa de graduação da Universidade Federal da Paraíba- UFPB a plena propriedade e os direitos autorais de utilização das respostas do questionário de caráter histórico, acadêmico e documental que lhe prestei, no dia ____, de _____ de 2017.

A referida pesquisadora fica constantemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e científicos, o mencionado questionário, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, sendo preservada sua integridade e sigilo, o qual será resguardado mediante a utilização do pseudônimo _____.

João Pessoa, _____ de _____ de 2017.

ASSINATURA/RG